**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO SOCIOECONÔMICO**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARIANA GUANABARA**

# DA ÁFRICA OCIDENTAL AO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: a securitização do ebola

**FLORIANÓPOLIS, 2016**

**MARIANA GUANABARA**

# DA ÁFRICA OCIDENTAL AO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: a securitização do ebola

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador: Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende**

**FLORIANÓPOLIS, 2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DA ÁFRICA OCIDENTAL AO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: a securitização do ebola

A Comissão Examinadora, nomeada pelo Coordenador de Monografia, resolve atribuir a acadêmica Mariana Guanabara, após a apresentação do trabalho intitulado, "Da África Ocidental ao Conselho de Segurança das Nações Unidas: a securitização do ebola", a nota 10,0, referente à disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 14 de julho 2016.

Banca Examinadora:

______________________________

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende – Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

______________________________

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho

Universidade Federal de Santa Catarina

______________________________

Rodrigo Silveira dos Santos

Universidade da Força Aérea

**RESUMO**

No dia 18 de setembro de 2014, a epidemia ebola na África Ocidental foi determinada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas como ameaça à paz e segurança internacional pela Resolução 2177 (2014). É a primeira e única vez que o Conselho de Segurança securitiza um tema da área da saúde em toda história das Nações Unidas. O objetivo deste trabalho é desenvolver um maior entendimento sobre o significado desta securitização. Por isso, através dos aportes teóricos desenvolvidos pela Escola de Copenhague, em destaque a teoria da securitização, busca analisar primeiramente o processo de securitização doméstico da Libéria, Serra Leoa e Guiné, bem como a securitização de terceiros, e como o resultado negativo destes processos influencia um *speech act* de segurança dentro da ONU. A partir disso, considerando a relação que estes três países mais afetados possuem com o sistema ONU pelas missões de *peacekeeping* e *peacebuilding* desenvolvidas há décadas na região, os discursos proferidos sobre o tema no Conselho, e o teor da resolução; conclui-se que o movimento de securitização no Conselho de Segurança não é voltado à erradicação de uma epidemia, e sim possui o objetivo estatocêntrico e tradicional de segurança, que é a preservação dos ganhos em desenvolvimento alcançados na Libéria, Serra Leoa e Guiné.

Palavras-chave: Securitização; Conselho de Segurança; Ebola; África Ocidental.

## ABSTRACT

On September 18, 2014, the ebola outbreak in West Africa was determined by the United Nations Security Council as a threat to international peace and security by the resolution 2177 (2014). It is the first and only time that the Security Council securitizes an issue of health concerns in all United Nations history. The objective of this work is to develop a better understanding of the meaning of this securitization move. Therefore, trough the theoretical contributions developed by the Copenhagen School, with emphasis in the securitization theory, it aims initially to analyze the process of domestic securitization of Liberia, Sierra Leone and Guinea, as well the securitization of third parties, and how the negative result of these procedures influence a security speech act inside the UN. After, considering the relation of these three more affected countries with the UN system through peacekeeping and peacebuilding missions in the region in decades, the speeches about the securitization of ebola in the Council, and the content of the resolution; concludes that the securitization move inside the Security Council isn´t aimed at the eradication of an epidemic, it actually aims to a state-centric and traditional approach of security, which is the development gains safeguard in Liberia, Sierra Leone, and Guinea.



Key-words: Securitization; Security Council; Ebola; West Africa.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

AIDS – *Acquired immunodeficiency syndrome* (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

APC – *All People´s Congress*

CCP – Comissão de Consolidação da Paz (Sigla oficial em português adotada para PBC)

CIA – *Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência)

COPRI – *Copenhagen Peace Research Institute*

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DDR – *Disarmament, demobilization, and reintegration* (Disarmamento, demobilização e reintegração)

ECOSOC – *Economic and Social Council* (Conselho Econômico e Social)

EUA – Estados Unidos da América

HIV – *Human Immunodeficiency Virus* (Vírus da Imunodeficiência Humana)

IHR – *International Health Regulations* (Regulação Internacional da Saúde)

MSF – Médicos sem fronteiras

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG's – Organizações não- governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – *Operative Paragraph* (Parágrafo Operativo)

PBC – *Peacebuilding Commission*

PBSO – *Peacebuilding Support Office*

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RP – Representante Permanente

RPA – Representante Permanente Alterno

SGNU – Secretário Geral das Nações Unidas

SLPP – *Sierra Leone Peolple´s Party*

SSR – *Security Sector Reform* (Reforma no setor de segurança)

TCC's – *Troop contributing countries* (Países contribuidores de tropas)

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIOSIL – *The United Nations Integrated Office in Sierra Leone*

UNIPSIL – *United Nations Integrated Peacebuilding Mission in Sierra Leone*

UNMEER – *United Nations Mission for Ebola Emergency Response*

UNMIL – *United Nations Mission in Liberia*

UNOL – *United Nations Peacebuilding Support Office in Liberia*

UNOMIL – *United Nations Observer Mission in Liberia*

UNOMSIL – *United Nations Observer Mission in Sierra Leone*

# SUMÁRIO

# INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema deste trabalho surgiu imediatamente após a declaração da resolução que securitizava o ebola pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em setembro de 2014. A palavra-chave, que caracteriza a motivação de escrever uma monografia versando sobre, é excepcionalidade. A primeira e única vez que o CSNU securitizava um tema da saúde incitou uma necessidade de compreensão pelo processo, e levantou uma dúvida, de que se estávamos, ou não, diante de uma mudança comportamental das decisões de um dos maiores órgãos de segurança mundial. A partir disso, durante o ano de 2015, a oportunidade de participar do Programa de Capacitação Acadêmica da Missão do Brasil junto à ONU em Nova Iorque, alocada em temas de Paz e Segurança, possibilitou o acompanhamento, de perto, do funcionamento e cotidiano das reuniões do CSNU; possibilitou uma interação com documentos, resoluções, linguagem utilizada, entre outras ferramentas disponíveis de análise do CSNU; e talvez o aspecto mais significativo para o surgimento desta monografia, possibilitou a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, através de palestras e conversas informais com os diplomatas brasileiros baseados na Missão do Brasil junto à ONU. Portanto, a considerável familiaridade com o funcionamento do Conselho ao longo deste período foi imprescindível para a superação de dificuldades inerentes em escrever sobre algo tão recente e ainda pouco explorado na academia.

Os primeiros casos confirmados do surto do vírus Ebola na África Ocidental tiveram início em 2013. Segundo carta do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas encaminhada ao Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre a situação do ebola, datada de setembro de 2015, foram contabilizados 27.898 casos confirmados, prováveis e suspeitos de ebola na Guiné, Libéria, Serra Leoa, Itália, Mali, Nigéria, Senegal, Espanha, Grã Bretanha e Estados Unidos. E um total de 11.296 mortes confirmadas, prováveis e suspeitas pelo vírus. (SECRETARY- GENERAL OF THE UNITED NATIONS, 2015) Só em 29 de março de 2016, durante a nona reunião do Comitê de Emergência ao Ebola, convocado pela diretora geral da OMS Margaret Chan, declarou-se que o surto do vírus ebola na África Ocidental não constitui mais uma emergência de saúde pública e de preocupação internacional, e que todas as recomendações temporárias adotadas serão, a partir deste momento, finalizadas. (WHO MEDIA CENTRE STATEMENTS, 2016)

No dia 18 de setembro de 2014, durante a reunião do CSNU sob a temática Paz e Segurança na África, aprovou-se a Resolução S/RES/2177. Esta resolução fez história não só devido ao maior número de países co-patrocinadores desde a criação do Conselho, 134 países (UN MEETINGS COVERAGE AND PRESS RELEASE, 2014), mas por "*determinar* que a extensão sem precedentes do surto do ebola na África constitui uma ameaça à paz e segurança internacional". (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA RES/2177, 2014, p. 1, tradução nossa)[1]

A linguagem de securitização desta resolução para um tema ligado à saúde foi algo inédito no órgão. Apesar de existirem outras duas resoluções do CSNU que admitem a ligação da saúde com a segurança, sobre o impacto do vírus HIV (SNYDER, 2014), foi a primeira vez que o Conselho de fato determinou uma epidemia como ameaça à paz e segurança internacional. (SECURITY COUNCIL MONTHLY FORECAST, 2014)

O artigo 39 da Carta das Nações Unidas dispõe que o CSNU deva determinar a existência de qualquer ameaça a paz ou ato de agressão, em situações específicas de Estados como conflitos inter ou intra Estados ou conflitos intra Estado que possuam dimensões regionais. (SECURITY COUNCIL FAQ QUESTIONS, 2016) E, apesar da constante defesa pelos Estados membros da relação existente entre desenvolvimento, mudança do clima, crimes organizados, epidemias e outras questões com segurança,

> Existe, contudo, opiniões divergentes sobre como, e até se o Conselho deva abordar esses desafios. Enquanto alguns discursos sublinham que nenhum Estado ou organização regional, sozinhos, possam lidar com estas questões, que possuem natureza global ou transnacional, outros notam que as instituições das Nações Unidas e outras organizações internacionais além do Conselho possuem competências para abordar estas questões. (UN PRESS RELEASE ABOUT NEW CHALLENGES, 2011, S/P, tradução nossa)[2]

A securitização do ebola configura-se à primeira vista, portanto, algo que foge do *modus operandi* tradicional deste órgão. A pandemia da gripe H1N1 em 2009 é estimada ter causado mais de 200,000 mortes ao redor do mundo. (CDC, 2015) A malária, uma das muitas doenças negligenciadas facilmente tratáveis que assola o continente africano, só em 2015 foram estimados 214 milhões de novos casos e 438,000 mortes pela doença. (WHO WORLD MALARIA REPORT, 2015) O vírus ebola, com um menor número de vítimas, e menos casos reportados, em menos países, entretanto, foi o primeiro a integrar-se na pauta

---

[1] *Determining* that the unprecedent extent of the Ebola outbreak in Africa constitutes a threat to international Peace and security. (RES/2177 (2014), 2014, p. 1, parágrafo 5º)

[2] There were, however, some divergent opinions on how, or even if, the Council should address those challenges. While some speakers stressed that no state or regional organization alone could cope with the issues, which were of a global and transnational nature, others noted that United Nations entities and internal organizations other than the Council had core competencies to address such issues. (UN PRESS RELEASE ABOUT NEW CHALLENGES, S/P, 2011)

do CSNU e ser securitizado. Como um assunto da ordem da saúde chegou a maior instituição de segurança do mundo?

Questões de segurança sempre estiveram no núcleo das preocupações em Relações Internacionais. Longe de tentar esgotar os variados significados atribuídos à segurança e debates que permeiam o tema, é válido, para termos de análise, apresentar a divisão segundo Tanno de três vertentes principais no campo teórico dos estudos de segurança: tradicionalista, crítica e abrangente. (TANNO, 2003) A tradicionalista, que tem por base a tradição realista e principais expoentes E. H. Carr (1946), Hans Morgenthau (1973) e Kenneth Waltz (1979), associa segurança a partir de uma perspectiva objetivista, estatocêntrica, de estudos restritos aos aspectos militares e estratégicos, percebendo segurança como algo *derivativo do poder* (RUDZIT, 2005). Ligado ao auge do conflito bipolar, este grupo acabou por legitimar políticas (notadamente norte americanas) que reproduziam a mesma lógica responsável pela manutenção da ordem da Guerra Fria. (TANNO, 2003) Os Estudos Estratégicos estão inseridos na lógica deste grupo.

A vertente crítica, por sua vez, associada à Escola de Frankfurt, considera que as ameaças e objetos de segurança são socialmente construídos. Portanto, possui como preocupação mostrar a possibilidade de construções sociais diferentes, e assim, emancipar os indivíduos das relações de poder consolidadas. Esta vertente é caracterizada principalmente por não formular um quadro teórico ou realizar investigações empíricas, e sim possuir um objetivo político central de emancipação. (DUQUE, 2009)

A vertente abrangente, por fim, vincula-se aos *estudos para a paz*. Influenciada predominantemente por questões europeias, reproduz um caráter mais internacionalista do que nacionalista, sendo destinadas à conformação de uma ordem internacional mais pacífica. (TANNO, 2003) Além de admitir uma flexibilidade de objetos de segurança, introduz uma redefinição do significado de segurança como ato de fala (*speech-act*), e sustenta que os estudos devem incorporar uma variedade maior de ameaças (não restrita aos aspectos militares), como aquelas ligadas às áreas política, econômica, ambiental e societal (BUZAN, 1983). A Escola de Copenhague, cujos pressupostos principais fazem parte da base teórica deste trabalho, integra-se a esta vertente, e será discutida com maior profundidade no próximo capítulo.

A visão abrangente, portanto, pode ser considerada um *meio termo* entre as outras duas vertentes. Isso se deve, principalmente, à alternativa desenvolvida pela Escola de Copenhague no debate de *o que deve ser considerado segurança?*, que responde a crítica

tradicionalista de que tornar o tema subjetivo seria admitir que *absolutamente tudo se tornaria segurança* e, portanto, os conceitos básicos de segurança como emergência e excepcionalidade se perderiam. (CHARRETT, 2009) Esta alternativa desenvolvida é denominada Teoria de Securitização.

Para Buzan et al. (1998), segurança é a ação que move a política além das regras estabelecidas e coloca a questão como um tipo especial ou acima da política.

> Securitização pode ser entendida como uma versão extrema da politização. Em teoria, qualquer assunto público pode ser encontrado dentro de um espectro que varia de não-politizado (que significa que não é tratado pelo Estado e não é assunto para debate e decisão pública), para politizado (que significa que a questão faz parte da política pública, a qual requer decisão governamental e alocação de recursos, ou, mais raramente, outra forma de governança comunal), para securitizado (que significa que a questão é apresentada como ameaça em potencial, a qual requer medidas de emergência e ações justificadas que estão fora dos limites do procedimento político). [3](BUZAN et al., 1998, p. 23 , tradução nossa)

Os autores exortam ainda que um assunto pode ser colocado pelos atores, que não necessariamente Estados, em qualquer posição deste espectro. Conclui-se que segurança, por conseguinte, é uma prática. É este movimento que declara quando um assunto é ou não uma questão de segurança, e não necessariamente porque exista uma ameaça existencial real, mas sim porque o assunto é apresentado (e aceito) como uma ameaça.

Esta abordagem de uma construção discursiva de ameaças à segurança tem sido útil e amplamente aplicada em questões *não tradicionais* (tradicional entendida por conflito objetivo militar entre Estados), como imigração, dissidências políticas, direitos das minorias, desastres ambientais, terrorismo, e saúde. (MCDONALD, 2008)

O surgimento da epidemia do ebola é recente, portanto seu processo de securitização não possui ainda uma extensa bibliografia de análise especializada sobre o assunto. Deste modo, a realização desta pesquisa deverá basear-se principalmente em notícias e artigos de *think-thanks* sobre o processo de securitização específico do ebola. O regulamento do funcionamento do CSNU, bem como os vários relatórios, resoluções, comunicados de imprensa da ONU, e análises de organismos ligados ao trabalho das Nações Unidas, serão imprescindíveis para analisar o comportamento do órgão e o processo de securitização.

Estruturalmente, o trabalho se apresentará da seguinte forma: além da introdução e conclusão, conta com três capítulos. Ao longo do capítulo 1, será debatido a evolução

---

[3] Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization. In theory, any public issue can be located on the spectrum ranging from nonpoliticized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resources allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented as an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure). (Buzan et al., 1998, p.23 )

teórica de segurança dentro da abordagem da Escola de Copenhague, incluindo o surgimento da escola, os principais pressupostos, e contribuições para os estudos de segurança internacional para descrever o processo de securitização.

O segundo capítulo é reservado para analisar as características nacionais dos países mais afetados pelo ebola e objetos referentes pela securitização no CSNU: Guiné, Libéria e Serra Leoa. Leva-se em conta dois aspectos principais, a relação destes países com a ONU, e a securitização estatal da epidemia ebola. Refletindo assim de que forma as operações de paz, missões políticas, ajuda internacional, e a reação sociedade constituem-se objetos de exploração para compreender como a crise do ebola chegou à mesa do CSNU.

O terceiro capítulo destina-se ao envolvimento da ONU, e os movimentos dentro do órgão que culminaram na reunião do CSNU do dia 18 de setembro de 2014 e aprovação da resolução de securitização da epidemia ebola. Intende-se pesquisar com maior detalhamento sobre os objetivos intendidos com o movimento de securitização da epidemia ebola. Assim, alinhando com as ideias de conclusão da parte final.

O presente trabalho pretende estabelecer um enfoque para além do número de casos reportados, vítimas, ou extensão da doença internacionalmente para entender o processo de securitização. Objetiva-se analisar primeiramente as características institucionais e governamentais dos três países mais afetados, sua relação histórica com o sistema ONU, e assim, como os processos de securitização nacionais da epidemia ebola tiveram influência na securitização pelo CSNU. O objetivo final será entender como um tema da saúde chegou ao Conselho, e mais que isso, qual foi o significado implicado ao processo de securitização pelo órgão. Para isso, utilizar-se-á da teoria de securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague.

# 1 SEGURANÇA INTERNACIONAL E A ESCOLA DE COPENHAGUE

Segundo o dicionário, segurança pode ser definido como o “ato ou efeito de segurar; estado do que se acha seguro, garantia; certeza, confiança, firmeza, infalibilidade.” (MICHAELIS, 2009, S/P) Na língua inglesa, contudo, existem duas palavras que quando utilizadas são capazes possuir significados distintos, *security* e *safety*. Apesar disso, ambas podem ser traduzidas ao português como *segurança*. Uma das possíveis distinções é que *security* geralmente se aplica à segurança patrimonial, militar, a estabilidade de um país, etc., enquanto *safety* é utilizado para se referir à segurança no sentido de integridade física, saúde, ausência de riscos de acidentes etc. (CARVALHO, 2014)

A confusão de definição de segurança ultrapassa a área do uso da língua. Conforme posto na introdução, existe um grande debate sobre o que considerar segurança, e as diversas discussões visando redefinir os limites teóricos da área de segurança em Relações Internacionais. A análise aprofundada sobre o conceito de segurança demonstra que sua utilização e significado encontravam-se, num primeiro momento, imbuídos pelas premissas realistas, que associavam segurança exclusivamente ao Estado e aos aspectos militares e estratégicos, a chamada vertente tradicional. (TANNO, 2003)

Segundo Rudzit (2005), isso pode ser explicado devido ao contexto no qual o Estado está inserido, logo, que tipo de vulnerabilidades este está suscetível. O autor advoga que os Estados desenvolvidos enfrentam problemas de segurança distintos dos Estados não desenvolvidos. Enquanto estes enfrentam mais comumente questões de falta de legitimidade de fronteiras, instituições e regimes; coesão social inadequada e ausência de consenso da sociedade em assuntos sociais, econômicos e organização políticas; ou seja, ameaças que partem do seu próprio território; os países desenvolvidos por sua vez, tendem a ver ameaças fora de suas fronteiras. Daí a falta de coesão do que considerar segurança.

A noção de contexto, portanto, explicaria a expansão do conceito de segurança no mundo pós Guerra Fria, integrando *a nova realidade de mundo*. Em que segurança passou a se referir não somente à esfera militar, mas a incluir uma dimensão que engloba toda a existência do Estado, como a procura por segurança interna através da construção do Estado, de sistemas de segurança alimentar, de saúde, monetário e comercial. (RUDZIT, 2005)

Segundo Buzan et al. (1998) a identificação de questões de segurança para a vertente tradicionalista é *fácil*, uma vez que igualam segurança com questões militares e de uso da

força. Todavia, quando se move o conceito de segurança para identificar outros setores, e não mais o militar, adverte para perigos intelectuais e políticos em simplesmente incorporar a palavra *segurança* a uma gama mais ampla de assuntos. A contribuição da Escola de Copenhague é apresentar uma conceitualização de segurança, que significa algo muito mais específico do que identificar qualquer questão como ameaça. Os autores da Escola admitem que existem ameaças e vulnerabilidades em diferentes áreas, mas para inclui-los como questões de segurança, necessitam inserir-se em critérios precisos, os distinguindo da área da *política normal*. Nasce assim, a securitização.

## 1.1 SURGIMENTO, ABORDAGEM E PRESSUPOSTOS DA ESCOLA DE COPENHAGUE

A *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI) ou Escola de Copenhague, foi criada em 1985, e com o intuito de promover estudos para a paz, constitui-se até hoje referência na área de segurança internacional. (TANNO, 2003) Com destaque aos autores Barry Buzan e Ole Weaver, o trabalho da Escola possui certa unidade, devido à continuidade e coerência desenvolvida, e ao mesmo tempo um grande senso de criatividade, representada por mudanças provenientes da revisão do trabalho e da formulação de ideias. (DUQUE, 2009) As maiores contribuições da Escola de Copenhague podem ser resumidas em três conceitos: securitização, novas unidades de análise e abordagem multissetorial de segurança. Estes conceitos, com destaque à securitização, serão explorados separadamente ao longo do capítulo.

A despeito de pertencer à vertente abrangente de estudos, voltados para a paz da academia europeia, no início, na Escola de Copenhague o conceito de segurança ainda estava atrelado à pressupostos da lógica realista, no qual o Estado era unidade principal de análise. A ocorrência de guerras étnicas no Leste Europeu, como a Guerra na Bósnia, evidenciou a incapacidade da Escola de analisar outras unidades além do Estado. Isso fez com que a Escola de Copenhague passasse a vincular o conceito de segurança também às identidades nacionais, estudando, portanto, tanto a segurança estatal quanto a segurança societal. (TANNO, 2003)

No início de 1990, outra teoria das Relações Internacionais teve grande impacto no pensamento da Escola: o construtivismo. Os desenvolvimentos empíricos vão ser apresentados de forma intimamente relacionada às considerações teóricas. Esta abordagem

interpretativa permite que os fatos nem corroborem nem falsifiquem a teoria, pois eles fazem parte do fazer teórico. (TANNO, 2003)

> Rejeitando o positivismo que dominava a abordagem de Buzan, Weaver (1995) descarta a existência de realidade social que pode ser conhecida de forma apriorística e defende que questões de segurança são conhecidas por práticas sociais. Processos de construção de questões de segurança ocorrem, primordialmente, por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados em estabelecer as agendas de segurança. Questões políticas podem, portanto, sofrer processos de securitização e dessecuritização. (TANNO, 2003, p.57)

É introduzido o caráter intersubjetivo que resultará na determinação de uma questão a ser abordada como questão de segurança. Ou seja, a invocação da segurança é um instrumento para legitimação da força ou outra ação que não esteja prevista nas regras e políticas normais, pois ela serve como forma do Estado (ou outro ator) mobilizar ou invocar poderes especiais a fim de lidar com ameaça, seja ela real ou não.

Em *People, States and Fear* (1983), Buzan enfatiza a relação entre os três níveis de análise, os quais ele chama de nível 1, 2 e 3: indivíduo, Estado, e Sistema Internacional, respectivamente.

> O problema de segurança nacional não pode ser entendido sem levar em conta todos os três níveis de análise. Apesar do termo “segurança nacional” sugerir um fenômeno no nível 2, as conexões entre este nível com os níveis 1 e 3 são tão fortes e inúmeras que não podem ser negadas. O conceito de segurança une com tamanha intensidade indivíduos, Estados e sistema internacional, que obriga que sejam tratados de forma holística. A despeito de existir algum sentido em segurança individual, segurança nacional e segurança internacional como ideias em seu próprio direito, um entendimento completo de cada um só pode ser obtido se ligado aos outros dois níveis. Tentativas de tratar segurança em um só nível implicam em perspectivas seriamente distorcidas. (BUZAN, 1983, p. 245, tradução nossa)[4]

O autor ressalta que a segurança do indivíduo é em parte dependente, e parte ameaçada pelo Estado. Além disso, a relação indivíduo-Estado pode se dar de várias formas. Por exemplo, quando grupos populacionais se tornam uma ameaça nacional, como terroristas, separatistas ou revolucionários. Ou quando cidadãos servem como suporte para interesses do Estado. Ou como indivíduos exercem influência no Estado quando estão no poder. Buzan defende que a influência não será necessariamente *top-down* (do sistema, para o Estado, e por sua vez para o indivíduo), mas também *lower-up* (influência do indivíduo no Estado e no sistema internacional), através de pressões. (BUZAN, 1983)

---

[4] National security problem cannot be understood without reference to factors at all three levels of analysis. Although the term “national security” suggests a phenomenon on level 2, the connections between that level and levels 1 and 3 are too numerous and strong to deny. The concept of security binds together individuals, states and the international system so closely that it demands to be treated in a holistic perspective. Although some sense can be made of individual security, national security and international security as ideas in their own right, a full understanding of each can only be gained if it is related to the other two. Attempts to treat security on any single level invite serious distortion perspective. (BUZAN, 1983, p. 245)

Deste modo, considerar Estados como foco central de segurança internacional é visto como útil porque concentra a atenção na principal fonte de formação de políticas. Contudo, a política só tem sentido e pode ser definida quando se leva em conta a relação do Estado com um sistema, que inclui os indivíduos e atores do sistema internacional.

A abordagem de Buzan é considerada holística, e ao mesmo tempo em que o autor considera em sua análise premissas neorealistas como o conceito de anarquia, faz um aprofundamento construtivista de maneira que não aceita conceitos *dados*, e explora cada elemento que considera influenciar na abordagem de segurança separadamente, a fim de chegar a uma conclusão mais fundamentada. (STONE, 2009)

Em vista disso, de maneira similar aos níveis de análise, em *Framework for security analysis*, Buzan et al. (1998) introduzem cinco setores de segurança: político, militar, econômico, societal e ambiental.

> Generalizando, a segurança militar envolve a interação de dois níveis das capacidades estatais, de ofensiva e defensiva armada, e de percepções das intenções entre os Estados. Segurança política envolve a estabilidade organizacional dos Estados, sistemas de governo e ideologias que fornecem legitimidade. Segurança econômica concerne ao acesso a recursos, finanças e mercados necessários para manter níveis aceitáveis de bem estar e poder de Estado. Segurança societal envolve a sustentabilidade, as condições aceitáveis para evolução dos padrões tradicionais de linguagem, cultura, religião, identidade nacional e costumes. Segurança ambiental se refere à manutenção da biosfera local e planetária, como sistema de suporte essencial no qual todas as iniciativas humanas dependem. (BUZAN et al., 1998, p. 8, tradução nossa)[5]

A divisão de setores é realizada com o propósito de simplificação e clareza. Separar em diversas partes mostra como cada setor possui um tipo específico de interação. O setor militar trata de relacionamentos de força e coerção; o político, de relacionamentos de autoridade, status de governança e reconhecimento; o econômico de relacionamento de troca, produção e finanças, o ambiental de relacionamentos entre atividade humana e a biosfera; e o societal de relacionamentos de identidade coletiva. (BUZAN et al.,1998) Os autores sublinham porém, que para atingir total entendimento, é necessário reunir todos os setores e analisar como se associam.

A Escola de Copenhague admite que ameaças militares possuam a capacidade de afetar todos os componentes do Estado e colocar em xeque a responsabilidade deste Estado de

---

[5] Generally speaking, the military security concerns the two level interplay of the armed offensive and defensive capabilities of states, and states "perceptions of each other's intentions. Political security concerns the organizational stability of states, systems of government and ideologies that give them legitimacy. Economic security concerns access to the resources, finance, and markets necessary to sustain acceptable levels of welfare and state power. Societal security concerns the sustainability, within acceptable conditions for evolution, of traditional patterns of language, culture and religious and national identity and custom. Environmental security concerns the maintenance of the local and the planetary biosphere as the essential support system on which all other human enterprises depend. (BUZAN et al., 1998, p. 8)

proteger seus cidadãos. O fato de envolver o uso da força coloca este setor em uma posição especial quando o assunto é segurança. (STONE, 2009) Entretanto, estudos de segurança tradicional tendem a colocar todas as instâncias militares com o único objetivo de defesa de ameaças à existência de seu próprio Estado, o que não é verdade para a Escola. Para muitas democracias, a defesa do seu Estado é apenas uma das funções das forças armadas. Por exemplo, militares são cada vez mais utilizados como apoio em intervenções de *peacekeeping* (operação de manutenção da paz) e humanitárias. (BUZAN et al., 1998)

Ameaças políticas também possuem uma eminência constante, porém, podem ser mais ambíguas e difíceis de identificar. Tradicionalmente, estas ameaças podem estar definidas em termos de princípio de soberania, ou seja, questões de reconhecimento, legitimidade e autoridade do governo existente; ou de ideologias que este governo estabelece. A Escola reconhece outras instituições além do Estado, a exemplo de organizações internacionais como a União Europeia, regimes internacionais e de maneira mais ampla até a sociedade internacional como passíveis de ameaças políticas que debilitam as normas, regras e instituições que as constituem. (BUZAN et al., 1998)

No que concerne ao setor econômico, Buzan (Ibid.) observa que ao menos que a sobrevivência da população esteja em questão, nem todas as ações que afetem negativamente à economia podem ser consideradas ameaças à segurança. E que normalmente uma ameaça à economia nacional, como a bancarrota nacional ou a incapacidade de satisfação das necessidades básicas da população, está ligada a um contexto de segurança mais amplo, como a guerra.

A segurança societal é a mais difícil de análise, visto o seu caráter essencialmente subjetivo e de construção contextual, pois lida com identidades e culturas, e está ligado às construções de políticas de discriminação e exclusão. Ameaças societais são aquelas que versam sobre a identidade em um Estado. Estados mal preparados para lidar com as diferenças de cultura, etnia e identidades dentro de seu território acabam sendo mais suscetíveis aos conflitos que são desencadeados por estas diferenças. (STONE, 2009) Frequentemente, ameaças societais encontram-se em Estados fracos, nos quais a sociedade e o Estado não se harmonizam, além disso, os próprios governos poderão ameaçar identidades que considerem hostis. (TANNO, 2003)

Ameaças do setor ambiental são aquelas consequentes do impacto humano no meio ambiente, que vão de questões mais concretas, como a sobrevivência de espécies ou *habitats,* a fenômenos de larga escala, como aquecimento global e poluição. (STONE, 2009)

Albert e Buzan (2011) defendem a noção de setores como instrumentos usados para esclarecer as diversas práticas e dinâmicas da securitização. Ou seja, a identificação de setores em um determinado acontecimento está ligada a sua utilização pelos discursos de securitização. O número e diversos tipos destes setores é refém do objetivo do discurso, não existindo realmente um critério específico para identificar cada setor além do que o discurso de securitização deseja estabelecer.

## 1.2 O CONCEITO DE SECURITIZAÇÃO

Conceitualizar segurança significa um processo mais singular do que a simples identificação de uma ameaça. Vulnerabilidades e ameaças podem surgir em diferentes áreas, militares ou não militares, mas para identificá-las como questões de segurança é necessário que estas se encaixem em certos critérios que as distinguem da *política normal*. Elas precisam ser colocadas por um ator securitizador como ameaças existenciais para um objeto referente, que advoga por medidas emergenciais de segurança. (BUZAN et al., 1998)

Segundo as premissas da Escola de Copenhague, o processo de securitização encontra-se mais institucionalizado no setor militar. Com a institucionalização do monopólio da força pelo Estado moderno, as elites militares tornaram-se porta-vozes legais das ameaças à segurança nacional. Na área militar, o Estado será, portanto, o principal objeto de referência no campo da segurança, e as elites militares conformarão os principais atores securitizadores. Os autores da Escola argumentam que a mesma lógica que conceitualiza a construção da sequência ameaça-defesa no setor militar pode ser utilizada para entender o processo de securitização em outros setores. (CHARRETT, 2009)

Conforme explicitado na introdução sobre o espectro, securitização pode ser visto como uma versão mais extremada da politização. Dependendo das circunstâncias, qualquer assunto pode ser colocado em qualquer parte deste espectro. Na prática, o posicionamento no espectro varia entre Estados e, consequentemente, também através do tempo. “Alguns Estados politizam religião (Irã, Arábia Saudita, Myanmar) e alguns não (França, Estados Unidos). Alguns securitizam a cultura (antiga União Soviética, Irã) e alguns não (Grã Bretanha, Países Baixos)” (BUZAN et al., 1998, p. 24) Sendo assim, é importante para o analista saber reconhecer quando uma questão foi somente politizada ou se realmente houve uma ação de securitização. A conexão entre politização e securitização não implica, todavia,

que a securitização sempre seja executada pelo Estado. Aliás, ambas as ações podem ser executadas através de outros fóruns e atores, como será visto com o CSNU neste trabalho.

Outro critério a ser definido é o qual segurança é uma prática auto-referencial, ou seja, é durante esta prática que a ameaça se torna uma questão de segurança. Não necessariamente porque exista uma ameaça real, mas porque a questão foi apresentada como ameaça. Securitização por sua vez é uma prática de discurso intersubjetiva. (BUZAN et al., 1998) O conceito de segurança tradicional, que advoga que ameaças militares constituem-se ameaças objetivas, é rejeitado por Buzan et al. (1998), uma vez que os autores citam que mesmo em ameaças militares, por exemplo, tanques *hostis* sejam avistados cruzando a fronteira de um Estado, o termo hostil é um atributo subjetivo criado, uma vez que estes tanques possam fazer parte de uma operação de paz da ONU.

> Quando um argumento com esta particular estrutura retórica e semiótica alcança efeito suficiente para fazer com que uma audiência tolere violações de regras que caso contrário teriam que ser obedecidas? Se por meio de um argumento sobre a prioridade e urgência de uma ameaça existencial o ator securitizador conseguiu se libertar dos procedimentos ou regras que de outra forma este/esta teria que seguir, nós estamos testemunhando um caso de securitização. (BUZAN et al., 1998, p. 25)[6]

Apresentar uma questão como ameaça não significa a securitização desta questão, mas significa que uma *ação de securitização* foi realizada. Securitização acontece somente quando a audiência aceita esta ação como legítima (e *aceitar* aqui não significa necessariamente uma discussão civilizada, livre de relações de dominação). (MCDONALD, 2008) Embora reconhecendo que segurança é uma construção intersubjetiva, o foco do discurso como realizador da segurança a coloca menos como um local de negociação e mais como um local de articulação.

Existem em um processo de securitização três pólos a serem identificados: os objetos referentes, atores securitizadores e atores funcionais. Os objetos referentes são aqueles vistos como ameaçados em sua existência e/ou autonomia e que reivindicam seu direito à sobrevivência. Os atores securitizadores são aqueles que declaram que um objeto referente está sendo ameaçado e requisitam contramedidas emergenciais. Por fim, os atores funcionais são aqueles que legitimam (ou não) a percepção de ameaça e as contramedidas requisitadas pelos atores securitizadores.

---

[6] "When does an argument with this particular rhetorical and semiotic structure achieve sufficient effect to make an audience tolerate violations of rules that would otherwise have to be obeyed? If by means of an argument about the priority and urgency an existential threat the securitizing actor has managed to break free of procedures or rules he or she otherwise be bound by, we are witnessing a case of securitization." (BUZAN et al., 1998, p.25)

Segundo Charrett (2009), políticas de segurança constituem-se um domínio governado largamente por elites de Estado. Esta dominância institucional traduz-se em processos de securitização produtos de políticas de exclusão e controle, que muitas vezes significam em impactos adversos na segurança individual e global. Buzan et al. (1998) citam exemplos de poderes que um ator securitizador pode requerer securitizando uma ameaça, como sigilos, criação de impostos e recrutamentos, imposição de limitações que em outra situação seria visto como violação de direitos, e enfoque de energia e recursos de uma sociedade em uma tarefa específica. O processo de securitização pode servir como oportunidade de utilizar meios menos democráticos e constrangimentos para fins que não almejam o benefício comum *per se*. (BRIGHT, 2012) Portanto, para Buzan (1998), a afirmativa *quanto mais segurança melhor* não é verdadeira[7]. Basicamente, segurança deve ser vista como algo negativo, como fracasso em lidar com questões sob a política normal, apesar de admitir que em alguns casos a securitização seja inevitável. Por isso, a Escola de Copenhague enfatiza que a securitização é sempre uma escolha política em que devem ser medidos os efeitos colaterais problemáticos de seu uso, e exorta que, em última instância, o que deve ser almejado é o processo de dessecuritização. (BUZAN et al., 1998)

O objetivo da Escola de Copenhague em usar a securitização e o propósito de utilizar este conceito neste trabalho pode ser resumido da seguinte forma:

> Baseado na ideia clara da natureza de segurança, estudos de securitização objetivam um aumento preciso de entendimento sobre quem securitiza, em quais questões (ameaças), para quem (objetos referentes), por que, com quais resultados, e finalmente, sob quais condições (o que explica quando a securitização é bem sucedida). (BUZAN et al. 1998, p. 32)[8]

---

[7] Our belief, therefore, is not "the more security the better". (BUZAN et al., 1998, p. 29)

[8] Based on a clear idea of the nature of security, securitization studies aims to gain an increasingly precise understanding of who securitizes, on what issues (threats), for whom (referent objects), why, with what results and, not least, under what conditions (what explains when securitization is successful). (BUZAN et al. 1998, p. 32)

# 2 A EPIDEMIA EBOLA NA ÁFRICA OCIDENTAL

No ápice da epidemia ebola em meados de 2014, havia preocupações de que a ordem na Guiné, Serra Leoa e Libéria poderiam entrar em colapso. Explicando o dramático aumento do número de infecções pelo ebola, encontram-se sistemas de saúde frágeis, recursos limitados, facilidade de mobilização da população entre fronteiras e um vírus desconhecido. Porém, a desconfiança no Estado, suas instituições e lideres, foi, inegavelmente, um fator determinante para explicar a proporção que a epidemia adquiriu. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015) Analisar o histórico destes países afetados e de que maneira influenciaram na proporção da crise auxilia na explicação da atuação da ONU na região e securitização da epidemia ebola.

No início, muitos africanos ocidentais acreditavam que o ebola era uma estratégia para adquirir mais fundos, e também para a reafirmação da posição das elites governantes. E quando a epidemia provou-se *real* o suficiente, maquinações políticas e manipulações prejudicaram uma resposta imediata. Informações não foram compartilhadas e alertas não foram largamente disseminados. Os países hesitaram em declarar o ebola como emergência por receio de criar pânico e assim afastar os negócios. Uma vez que a situação se tornava insustentável, o governo adquiriu uma faceta de pânico por si só, e através de serviços de segurança das forças armadas, executaram toques de recolher e quarentenas que só fizeram piorar a disseminação do ebola, e pior, exacerbar as mesmas tensões que no passado foram responsáveis por guerras civis. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015) Porque a população destes três países se comportou de maneira tão cética às recomendações dos governos? A resposta encontra-se em uma relação de desconfiança profunda, e anterior à epidemia, entre indivíduo e governo, marcado por oportunismo político e corrupção.

“O que especialistas analisaram como decisões técnicas para lidar com um problema da saúde, são simultaneamente, decisões políticas que afetam quem está no poder e por quanto tempo.” (DENNEY, 2015, S/P) A resposta ao ebola está longe de ser considerada apolítica, e nossa hipótese neste capítulo é que este aspecto político, fragilizado e dividido, é um dos grandes motivadores para a atuação do CSNU nos três países ao longo das últimas décadas.

## 2.1 ESTADOS FRÁGEIS: CONTEXTO HISTÓRICO

Guiné, Libéria e Serra Leoa são considerados Estados frágeis, os dois últimos tendo recentemente emergido de longas guerras civis e profundas intervenções internacionais de *peacekeeping* e *peacebuilding*. Todos os três, contudo, sofrem da *maldição dos recursos*: ricos em recursos naturais, alvo de extração para o lucro de elites nacionais e internacionais, em oposição do desenvolvimento e benefício da população. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015) Na Libéria e Serra Leoa, muitas das funções do Estado são executadas por grandes ONG´s internacionais e Organizações Internacionais, o setor da saúde é uma delas. Portanto, ao invés do governo desenvolver planos de desenvolvimento para serviços básicos, e coletar receitas para executá-los, são geralmente atores internacionais (doadores individuais, ONG´s, ONU) que desenvolvem políticas e executam funções estatais. Além disso, porque todo esse processo se opera em *contexto de negação* (o governo *finge* que está no comando, e os atores internacionais *fingem* que não estabelecem as políticas), a ação é descoordenada, gerando políticas incoerentes e fragmentadas. Basicamente, a política é conduzida por aquilo que os doadores vão financiar, e população então culpa a corrupção pela ausência do Estado nos serviços básicos. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2004)

Com relação à segurança, devido às guerras civis, a ONU há muito mantém o monopólio deste setor na região, o que torna difícil desenvolver uma base para que os cidadãos possuam convicção que suas próprias forças de segurança possam assumir este papel. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2004) Devido a uma estabilidade frágil, as Nações Unidas já investiram bilhões de dólares nestes países por meio de operações de paz e missões políticas. Em Serra Leoa desde 1999 com a UNOMSIL, UNIOSIL e a UNIPSIL, e desde 2006 na configuração da CCP; e na Libéria desde 1993 com a UNOMIL, UNOL, e a UNMIL, e também desde 2010 na CCP. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2004; PEACEBUILDING COMISSION, 2016; UNITED NATIONS PEACEKEEPING OPERATIONS, 2016)

A Guiné, país também incluído no *guarda chuva de proteção das Nações Unidas* pela CCP, teve um passado semelhante às suas vizinhas Libéria e Serra Leoa, porém com um estigma étnico muito mais acentuado. Após a independência, a elite que comanda o governo passou a reprimir qualquer traço indígena e crenças ancestrais, o que dividiu a população e possui consequências até hoje. A crise do ebola trouxe essa profunda divisão à tona, o contencioso agravou-se ao longo da propagação da epidemia, e desconfiança foi o sentimento proeminente. A afirmativa que somente algumas etnias eram afetadas pelo ebola nutriu teorias conspiratórias de que o ebola não passava de um instrumento de manipulação política. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015)

No relatório publicado pelo *International Crisis Group* (2011), 63 por cento da população da Libéria acreditava que a corrupção foi a principal causa das guerras civis que estouraram no país entre 1989 e 2003. Segundo o relatório anual *Corruption Perception Index* de 2014, que mediu 175 países em uma escala de 0 (para altamente corrupto) até 100 (bastante transparente), a Libéria foi graduada com 37, Serra Leoa com 31 e Guiné com 25, ocupando as posições 94, 114 e 145 respectivamente de países mais corruptos. (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2014) A corrupção, entre outras consequências, destitui qualquer confiança da população para com seu governo, e enriquece uma reprodução fundamentada para o aparecimento de outras forças negativas à sociedade, portanto seu efeito multiplicador permite um ambiente propício para outras ameaças à segurança nacional. (ONUOHA, 2014)

Resumindo, a falta de apoio ao governo pela sociedade exemplificada pela questão da corrupção, e a existência de atores estrangeiros responsáveis pelas políticas e recursos financeiros, levando a um governo incapaz de executar suas funções de forma autônoma, resultaram em Estados marcados por crises profundas e instabilidade crônica. A crise do Ebola acentuou esta problemática.

Além das características históricas individuais da Libéria, Serra Leoa e Guiné, merece ser pontuada a relação entre os Estados da África Ocidental. Basicamente, a relação de desconfiança interna dos Estados é refletida em insegurança regional (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015), e aqui merece ser destacado um exemplo claro de relação *lower-up* que Buzan (1983) advoga. Apesar de estes três países pertencerem ao grupo subrregional *Mano River Union*, a relação é relativamente limitada por relações bilaterais. O ebola foi a primeira grande crise do *Mano River Union* desde as guerras civis, e trouxe como consequência divisões reforçadas, tensões e fechamento de fronteiras. A abordagem fragmentada na qual cada Estado recebia auxílio e recursos internacionais de forma bilateral, com pouca interação e compartilhamento de informações regionais, permitiu a expansão de infecções do ebola. Além disso, o isolamento dos países afetados trouxe consequências econômicas, alimentares e basicamente de sobrevivência, quando no ápice do surto, multinacionais, países, empresas aéreas e outros atores fecharam as fronteiras, cortaram relações e impuseram restrições de viagem e comércio para a Libéria, Guiné e Serra Leoa. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015)

> Mais de 40 países implementaram restrições de troca e viagem além daquelas recomendadas pela OMS e em violação com as IHR (2005). Isso criou consequências políticas, econômicas e sociais severas para os países afetados e criou

> barreiras para o recebimento de assistência. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015, p. 10, tradução nossa)

## 2.2 CORRUPÇÃO, DESCONFIANÇA E OPORTUNIDADES POLÍTICAS: RETORNANDO A UM PASSADO OBSCURO

O uso da epidemia para a criação de ONG´s fantasmas, desvio de dinheiro e campanha política, evidenciou o potencial de abuso constante e corrupção nestes países, ao ponto que a instabilidade esteve impactando a resposta ao ebola, e não o contrário. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015)

Políticos utilizaram a crise para alcançar objetivos não relacionados *per se* com a resposta à epidemia ebola. Grupos de oposição tiraram proveito da falta de confiança no sistema de saúde, e por extensão às instituições públicas e suas autoridades, para criticar o governo. Oficiais e representantes locais também tentaram explorar a crise à sua maneira. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015) Em Serra Leoa, a eclosão do ebola coincidiu com a implementação de um censo nacional e processo de revisão constitucional. Nesse contexto de desconfiança com relação à resposta à epidemia, apoiadores da oposição acreditavam que o governo estava tentando diminuir este apoio através de alocação de recursos e desvantagens eleitorais. Outro aspecto que merece ser destacado são as restrições e quarentenas que o governo serra-leonês estava executando por meio de policiais e militares, levando a alegações que o governo do All People´s Congress (APC) estava utilizando a crise do ebola para retornar ao seu passado autoritário[9]. Foi introduzido também que o ebola fora propagado pelo governo do APC para eliminar os *ocidentais*, que largamente apoiam o partido de oposição Sierra Leone People's Party (SLPP), e através disso desgastar a base de voto da oposição para as eleições presidenciais de 2017. Este cenário de crise política foi o que bastou para levantar preocupações de que os militares poderiam assumir temporariamente o governo, uma preocupação fundamentada historicamente quando se lembra do envolvimento militar em três golpes de Estado na década de 1990. (DENNEY, 2015)

Na Libéria, quando o Ministério da Saúde requisitou 1,5 milhões de dólares em fundos de emergência para o Tesouro Nacional para acabar com a epidemia ebola, liberianos tomaram esta iniciativa como mais um movimento parte do *cartel secreto das elites* para desviar mais fundos de assistência. O uso de quarentenas também levantou dúvidas quanto a

---

[9] O APC, no poder entre 1967 e 1992, determinou um Estado de um só partido, aboliu governança local, e implementou uma série de políticas repressoras que limitavam a liberdade de expressão e de movimento. (DENNEY, 2015)

sua legitimidade, visto que eram percebidos como ações para controlar movimentos e rebeliões, e tinham pouco a ver com saúde pública. (EPSTEIN, 2014)

Em agosto, após o jornal local da Libéria *National Chronicle* publicar uma série de dez partes sobre a relação dos EUA com a Libéria, de como os ex-presidentes chegaram ao poder via influência americana e da CIA, de planos dos EUA de substituição da atual presidente Sirleaf por um governo provisório supervisionado pelo país, e depoimentos como o do ex-presidente Taylor (afirmando que cada passo dado, era consultado com Washington), policiais liberianos fecharam o jornal e prenderam dois jornalistas. Em setembro, o presidente americano Obama anunciou que estava enviando um contingente de tropas de quatro mil militares para a Libéria a fim de lutar contra à epidemia ebola, número superior a tropas enviadas recentemente ao Oriente Médio para combate ao Estado Islâmico por exemplo. Este acontecimento bastou para rumores entre liberianos circularem a todo vapor. (EPSTEIN, 2014) Outro movimento da Presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, serviu como combustível para a crise política. Sirleaf decretou, por motivos sanitários e contensão da epidemia, que todas as manifestações políticas na capital Monróvia estavam proibidas. Porém, o fato de que seu filho estava concorrendo ao Senado e de que a proibição bem como o adiamento das eleições seriam benéficos para ele, acrescentaram para um aumento da desconfiança e *desencanto* nacional pela maneira que governo manipulava uma resposta à crise. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015)

Na Guiné não foi diferente. O site de notícias políticas guineense *GuineeActu* em 2014 acusou o Presidente Alpha Condé de estar fazendo visitas, inaugurações e aparições de visível caráter eleitoral às custas da motivação de sensibilização sobre à epidemia ebola. Atribuíram também a nova ONG criada em Conacry, pelo ministro do turismo Moussa Tata Vieux Condé, para sensibilização à epidemia, de exclusão expressa de etnias Foulakoundas e Koundara, que segundo o site era mais um instrumento estratégico *de dividir para conquistar,* no qual a "A instrumentalização da infeliz crise sanitária do qual nosso país é vítima, é uma verdadeira falcatrua política." (GUINEEACTU.INFO, 2014, S/P, tradução nossa)[10] Estas visões alimentam um tipo de reflexo populista, uma raiva inflexível, que considerando o equilíbrio de forças, acabaram por se expressar em várias ocasiões de revoltas e linchamentos. (FOUCHER, 2015)

Longe de afirmar que o APC estava tentando aumentar seu poder e permanência no governo, ou que os militares estavam planejando um golpe de Estado em Serra Leoa, ou

---

[10] L'instrumentalisation de la malheureuse crise sanitaire dont notre pays est victime, est une véritable escroquerie politique. (GUINEEACTU.INFO, 2014, S/P)

qualquer influência americana na Libéria, ou atitudes imorais ou ilegais da presidente Sirleaf, ou uso da resposta do ebola como desculpa para fazer campanha do presidente Alpha Condé na Guiné; a intenção aqui é através da análise das leituras locais, perceber uma situação de crise política e societal mais profunda nestes três países, enraizada em um contexto histórico, no qual a epidemia ebola serviu como *gatilho*.

## 2.3 CONCLUSÕES DE UMA LEITURA DOMÉSTICA PARA O MOVIMENTO DE SECURITIZAÇÃO

Utilizando as concepções teóricas da Escola de Copenhague, algumas menções devem ser destacadas aqui. Começando pela relação de Estado e indivíduo na Libéria, Guiné e Serra Leoa no momento da crise epidêmica. A percepção pelos indivíduos de como o governo estabelece uma resposta à epidemia de forma corrupta e para adquirir vantagens pessoais, e não voltada para o desenvolvimento da população, levando a protestos e violência, indica uma frágil relação de segurança entre o Estado e sua população. Buzan (1983) defende que o fundamento de um Estado está no consentimento de seus cidadãos de serem governados, portanto, as ações deste Estado podem ser julgadas de acordo com seu impacto nos interesses dos indivíduos. Ameaças que sejam reflexos do próprio Estado, ou resultados indiretos e efeitos colaterais de ações do governo, que tinham como objetivo o bem comum, ou resultado do governo se tornando objeto de conflito social, são frequentemente sérias o suficiente para dominar o universo pequeno e fragilizado da segurança individual. (BUZAN, 1983) Levando em consideração a premissa da Escola de Copenhague sobre níveis de análise, que advoga por um entendimento de relação entre níveis para um entendimento completo de segurança, as leituras locais da sociedade sobre a atitude do governo em relação ao ebola são importantes, uma vez que se identifica aqui uma *brecha* entre a percepção social local do que se considera ações voltadas aos interesses e bem estar dos cidadãos, e as ações executadas pelos governos. *Brecha* essa que poderia romper-se a qualquer momento, ameaçando assim, o ambiente da segurança nacional.

Além disso, a leitura do impacto da epidemia ebola demonstra que pelo menos três setores dos cinco[11] que a Escola de Copenhague desenvolve foram afetados: os setores de segurança político, econômico e societal. A Escola define que as ameaças políticas têm por objetivo destruir ou abalar a estabilidade organizacional do Estado. Para tanto, a ameaça pode

---

[11] Os setores de segurança segundo a Escola de Copenhague são: militar, político, societal, econômico e ambiental. (BUZAN et al, 1998)

atingir tanto sua base física, como sistemas de governo, ou até ideologias que dão ao Estado legitimidade. (TANNO, 2003) Se o aspecto do estabelecimento de um movimento eleitoral já não fosse digno de cuidados especiais por si só, tendo em vista a situação de um processo de democratização recente destes países pós-guerras civis e governos autoritários, os três países afetados sofreram um grande impacto no setor político, uma vez que eleições e reformas constitucionais estavam previstas no mesmo período da crise do ebola. E, conforme já exposto na seção anterior, uma percepção negativa de politização de resposta à crise do ebola pelos governos ameaçava a legitimidade das ações destes governos e do processo eleitoral como um todo.

A ameaça à segurança econômica talvez seja o setor de mais fácil visualização de todos. O fechamento de fronteiras por mais de quarenta países, o corte de relações comerciais de países e empresas, e o impedimento de transporte e viagens, tornou o acesso a insumos de produção, alimentação, medicação, entre tantos outros bens básicos de sobrevivência para os três países mais afetados, extremamente difícil. O isolamento também prejudicou largamente o acesso da ajuda humanitária à região. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015) Este aspecto será especialmente frisado pelos governos da Libéria, Serra Leoa e Guiné, e terá um importante papel no processo de envolvimento da ONU na crise do ebola na África Ocidental.

Segundo Buzan et al. (1983) a segurança societal se refere a situações em que sociedades percebem a ameaça em termos de identidade. Não menos importante, o setor societal na crise do ebola se mostrou evidente principalmente na questão étnica guineense, na percepção de determinadas etnias que seu próprio governo estava destinado a usar a epidemia como forma de ataque.

Fica claro, portanto, que a crise do ebola na África Ocidental não se configura apenas como uma crise de segurança da saúde. A epidemia ebola serviu como um ambiente propício para o (res) surgimento de uma crise de segurança multidimensional, enraizada em um passado comum, fragilizado, destes três Estados afetados. A constatação destas fragilidades históricas se verifica quando percebe o estabelecimento de tantas missões de *peacekeeping*, *peacebuilding*, de intervenção e investimento das agências do sistema ONU, que durante anos, atuam nestes países com vistas à mitigação destas fragilidades.

Em último relatório semestral do Secretário-Geral da ONU sobre a UNMIL antes do envolvimento do CSNU na crise do ebola, em 15 de agosto de 2014, o SGNU sublinha a importância das eleições senatoriais marcadas para outubro de 2014, que serviriam como teste decisivo para o contexto de alinhamento político e dariam o tom das tensões da terceira eleição presidencial pós-conflito, marcadas para 2017. Além disso, saudou o progresso no

setor de segurança nacional, e mostrou preocupação pela fraqueza das instituições, que ainda não estavam preparadas para assumir um papel de liderança necessário pós-retirada da UNMIL. Destacou ainda o progresso lento de um processo significativo de reconciliação nacional, que pudesse alcançar uma governança transparente e bases para uma fundação democrática que refletisse as aspirações da nação liberiana. (SECURITY COUNCIL REPORT S/2014/598, 2014)

O progresso alcançado em Serra Leoa no início de 2014 era notável, por isso, por decisão do CSNU, a UNIPSIL, missão da ONU no país, encerrava sua atuação e transferia suas responsabilidades residuais para a UNDAF (*UN Development Assistence Framework*), órgão que consiste em 19 agências, fundos e programas, voltados para desenvolvimento econômico e social. Em conferência em Freetown, no dia 5/03/2014, o SGNU afirmou que “Serra Leoa representa um dos casos mais exitosos de recuperação pós-conflito, *peacekeeping* e *peacebuilding* de todo o mundo”. (UNPSIL FEATURED NEWS, 2014, S/P, tradução nossa)

Já em relatório da reunião informal da configuração da Guiné para a CCP para o primeiro semestre de 2014, o enfoque foi a necessidade de fortalecimento em segurança e no setor de justiça. Salientou-se o avanço em reforma do setor de segurança (SSR), e fora recomendado que os próximos passos devessem focar no fortalecimento da polícia, que enfrentava dificuldades em assegurar a ordem e segurança civil, papel que era assumido muitas vezes pelas forças armadas. (PBC GUINEA CONFIGURATION REPORT, 2014)

Estes excertos dos relatórios publicados pelos órgãos da ONU antes do surgimento da crise do ebola na região servem para ressaltar os ganhos adquiridos bem como as áreas nas quais havia muito ainda o que fortalecer. O que se retira deste capítulo é a constatação de três Estados em processo de *statebuilding*, que por intermédio do sistema ONU, executam reformas com vistas ao desenvolvimento e governança plena. E que no meio deste longo processo, enfrentam uma epidemia que de forma direta e indireta traz à tona e ressalta todas as suas fragilidades, e ameaça ainda um retrocesso aos avanços já adquiridos.

O que será discutido no próximo capítulo é como esta ameaça multidimensional, trazida à tona pela epidemia ebola, e que poderia colocar em cheque os avanços alcançados, influenciou a forma de conceptualização de um processo de securitização no CSNU.

# 3 ASPECTOS INTERNACIONAIS: O PROCESSO DE SECURTITIZAÇÃO PELO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

As Nações Unidas são uma organização internacional fundada em 1945, atualmente com 193 Estados membros, regida pelos propósitos e princípios contidos em sua Carta fundadora. O Sistema ONU conta com seis órgãos principais: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça e Secretariado; além de comitês, órgãos subsidiários, fundos, programas afiliados e agências especializadas, como a OMS, PNUD, UNICEF, entre outros. O objetivo comum da *família ONU* no século XXI é, última instância, tomar iniciativa frente às questões que afetam a humanidade, como paz e segurança, mudança climática, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, desarmamento, terrorismo, emergências humanitárias, igualdade de gênero e governança. (UNITED NATIONS OVERVIEW, 2016) Em poucas linhas, essa limitada explicação da organização torna clara a percepção de que se trata de uma entidade complexa, que consiste em diversos e variados atores, e por consequência, interesses e desafios muitas vezes divergentes. Diante de uma questão multíplice como foi o ebola, percebido por suas consequências sociais, políticas e econômicas aqui já discutidas, é importante sublinhar a abordagem múltipla do sistema ONU ao lidar com a epidemia, derivada de um conjunto de atores com agendas e interesses variados. A hipótese é que são estes interesses múltiplos que no final das contas refletiram-se em um objetivo comum de enquadramento da epidemia ebola como ameaça à paz e segurança internacional.

Antes de realizar uma análise da ação de securitização do ebola no CSNU, necessita-se abordar brevemente sobre a evolução de paz e segurança na ONU nos últimos anos, e como o tema saúde insere-se (ou não) nessa agenda. A partir disso, levanta-se quando e como a epidemia ebola surgiu nas reuniões e mesas de discussão dos órgãos da ONU, e a evolução para o CSNU na aprovação emblemática da Resolução 2177 (2014).

## 3.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PAZ E SEGURANÇA NA ONU

O fim da Guerra Fria e a interrupção do uso sistemático do poder de veto pelas grandes potências significou a retomada significativa do sistema de segurança coletiva na ONU, que a partir desse momento, sofre uma importante e profunda transformação em sua

identidade ao longo desse processo. (FERREIRA, 2010) Sublinha-se nesta passagem de transformação, o relatório *Uma agenda para a paz*, de junho de 1992, do SGNU Boutros Boutros-Ghali, em que afirma:

> Pobreza, doenças, fome, opressão e desespero […] são fontes e consequências do conflito que requerem a incessável atenção e a mais alta prioridade nos esforços das Nações Unidas. [...] Portanto, neste momento de renovação de oportunidades, os esforços da Organização para a construção da paz, estabilidade e segurança devem envolver assuntos além das ameaças militares, para assim quebrar as lutas e guerras que caracterizaram o passado.[12] (BOUTROS-GHALI, 1992, p. 42, tradução nossa)

A partir deste excerto, é possível observar a integração e interpretação de outros temas não tradicionais como pobreza e doenças como fontes e consequências de conflitos, os quais deveriam ser tomados como foco na ONU como parte da sua responsabilidade para com a paz e segurança internacional. Em decorrência disso, assumindo a relação entre segurança e desenvolvimento, e integração de novos temas à manutenção da segurança, o papel do CSNU como responsável pela paz e segurança deve ser compartilhado com os outros órgãos especializados pelos diversos temas da ONU.

> O Conselho de Segurança foi assinado por todos os Estados membros para a responsabilidade primária de manutenção da paz e segurança internacional sob a Carta. No sentido mais amplo esta responsabilidade deve ser dividida pela Assembleia Geral e por todos os elementos funcionais dessa Organização mundial. Cada um possui um papel especial e indispensável para uma abordagem integrada à segurança humana. (BOUTROS- GHALI, 1992, p. 44, tradução nossa)[13]

A principal questão e alvo de tensões em segurança internacional na ONU será, portanto, a tentativa de compatibilização da preservação de soberania dos Estados, ao mesmo tempo em que resgata a necessidade de preservação e proteção da vida dos indivíduos e de seus direitos. (FERREIRA, 2010) Ou seja, na dualidade de uma visão tradicional militar de segurança e a incorporação de um viés de desenvolvimento e proteção humana, integrar uma resposta coordenada às ameaças e desafios apresentados. Ainda em *Uma agenda para a Paz*, uma estratégia importante é introduzida para essa *aparente problemática.* O documento apresenta uma divisão que amplia a ação das atividades de segurança, que passa a ser *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding* (fazer, manter e consolidar a paz, respectivamente), com destaque para o último em ações para identificar e apoiar estruturas

---

[12] Poverty, disease, famine, oppression and despair [...] are sources and consequences of conflict that require the ceaseless attention and the highest priority in the efforts of the United Nations.[…] So, at this moment of renewed opportunity, the efforts of the Organization to build peace, stability and security must encompass matters beyond military threats in order to break the fetters of strife and warfare that have characterized the past. (BOUTROS-GHALI, 1992, p. 42)

[13] The Security Council has been assigned by All Member States the primary responsability for the maintenance of international peace and security under the Charter. In its broadest sense this responsibility must be shared by the General Assembly and by all the functional elements of the world Organization. Each has a special and indispensable role to play in an integrated approach to human security. (BOUTROS-GHALI, 1992, p. 44)

para o fortalecimento e solidificação da paz, evitando a reincidência de conflitos (BOUTROS-GHALI, 1992)

Em 1997, em relatório sobre os trabalhos da organização, o SGNU Kofi Annan ressalta a preocupação com o desenvolvimento de uma dimensão para as operações de paz para que fossem além da *paz negativa* e envolvesse medidas de promoção de *paz positiva*, através da implementação de atividades que ajudassem as comunidades sobreviventes a recuperar algum senso de normalidade. Nesse documento a saúde é elencada entre as dimensões a serem consideradas nessa concepção ampliada da paz. (FERREIRA, 2010) Já em 2004, no relatório *A More Secure World- our shared responsibility*, o SGNU Kofi Annan fala em uma *família humana*, significando as diferentes comunidades que a compõem, de forma cada vez mais interconectada, e que sofrem ameaças cujas nações não conseguem mais administrá-las ou eliminá-las sozinhas. Este relatório, resultado de um painel de especialistas de várias partes do mundo, teve como proposta reavaliar as novas ameaças à segurança e paz internacionais, e teve como resultado a sugestão de criação de um novo órgão cujo propósito seria ajudar os Estados a realizar uma transição, construção e desenvolvimento bem sucedidos pós-conflito. Essa organização se tornaria a Comissão de Consolidação da Paz (CCP)[14]. (FERREIRA, 2010)

Nota-se através dos relatórios, portanto, a construção de um ato de fala elaborado pela ONU, que se soma a um conjunto de práticas que ela busca implementar com o propósito de regular os comportamentos futuros em tempos de crise, estabelecer técnicas e mecanismos de vigilância, e programas de controle que assumem diferentes formas. Todas estas práticas são justificadas a partir do argumento de que essas medidas estão sendo implementadas para a promoção e garantia da paz duradoura. Ou seja, retornando à ideia de Rudzit (2005) de contexto, a expansão dos conceitos tem um propósito de justificar ações para um novo contexto, uma nova realidade.

## 3.2 A EMERGÊNCIA DE TEMAS DE SAÚDE GLOBAL NO CSNU

Como já mencionado na introdução deste trabalho, a crise do ebola na África Ocidental não foi a primeira vez que o CSNU considerou um assunto de saúde pública e adotou uma resolução sobre. O Conselho também já realizou reuniões sobre a epidemia AIDS e discutiu pandemias no contexto de novos desafios. (SECURITY COUNCIL REPORT MONTHLY FORECAST, 2014) As Resoluções 1308 (2000) e 1983 (2011) sobre o vírus

[14] Em inglês Peacebuilding Comission (PBC).

HIV (SNYDER, 2014), contudo, apenas "expressam preocupação pelo impacto prejudicial potencial do HIV/AIDS na saúde dos funcionários das operações de paz". (REPERTOIRE OF THE PRACTICE OF THE SECURITY COUNCIL 2004-2007, 2008, p. 782, tradução nossa)[15] Ou seja, o CSNU apenas "*enfatiza* que a pandemia HIV/AIDS, se não contida, pode significar um risco à estabilidade e segurança" (S/RES/1308, 2000, p.2, tradução nossa)[16] e em momento nenhum *determina* o HIV como ameaça à paz e segurança internacional. Limitando a questão do vírus HIV em como este afetava os *peacekeepers*, foi uma abordagem mais aceitável para aqueles Estados membros relutantes em referir-se às questões de segurança não-tradicionais no Conselho. Contudo, apesar de não ter ocorrido veto, Rússia e China não deixaram de mostrar seu descontentamento, não proferindo discursos na reunião em 2000. (SECURITY COUNCIL REPORT MONTLY FORECAST, 2014)

Em novembro de 2011, o Conselho considerou pandemias no debate aberto sobre *Novos desafios para a paz e segurança e prevenção de conflitos*. O Ministro das Relações Exteriores de Portugal, presidente do CSNU daquele mês, salientou que

> Integrando a luta contra pandemias em estratégias *peacebuilding* em países que recentemente emergiram de conflitos, é uma medida essencial para evitar pôr em risco os ganhos adquiridos na consolidação da paz. Portanto, é importante fortalecer o auxílio internacional através de programas liderados pelas agências da ONU para lutar contra pandemias, em particular iniciativas coordenadas pela OMS. É igualmente importante para as operações de paz da ONU em ajudar as agências relevantes na implementação de tais programas. Esta é a única forma em que os órgãos relevantes das Nações Unidas possam ter uma ação coordenada. (SECURITY COUNCIL MEETING (S/PV.6668), 2011, p. 26)[17]

Através deste excerto, percebe-se a mesma intenção dos relatórios do SGNU sobre integrar novos temas ao escopo da paz e segurança, sempre inseridos em um viés desenvolvimentista[18], de *peacebuilding*. Além disso, é importante ressaltar desde as primeiras aparições do tema saúde no Conselho, que este órgão se limita a um papel de *colaborador*, e que a coordenação deve ser restringida às agências especializadas. Outro aspecto é a escolha

---

[15] By resolution 1308 (2000) the Security Council expressed concerns to the potential damaging impact of HIV/AIDS on the health of peacekeeping personnel. (REPERTOIRE OF THE PRACTICE OF THE SECURITY COUNCIL 2004-2007, 2016, p.782)

[16] *Stressing* that HIV/AIDS pandemic, if unchecked, may pose a risk to stability and security [...] ( SECURITY COUNCIL RESOLUTION S/RES/1308, 2000, p.2)

[17] Integrating the fight against pandemics into the peacebuilding strategies of post-conflict countries having recently emerged from conflict is an essential measure to avoid jeopardizing the gains made in the consolidation of peace. In that regard, it is important to strengthen international support to programmes led by United Nations agencies to fight pandemics, in particular the initiatives coordinated by the World Health Organization. It is equally important for United Nations peacekeeping missions to assist the relevant agencies in implementing such programmes. That is the only way in which the relevant organs of the United Nations will be able to concerted action. (SECURITY COUNCIL MEETING S/PV.6668, 2011, p. 26)

[18] Todas as referências ao termo *caráter desenvolvimentista* neste trabalho estão ligadas ao significado de construção da paz, que implicam em quaisquer ações voltadas à paz positiva. E, portanto, não deve ser confundido com outros significados dados ao termo em outras teorias das Relações Internacionais.

em destacar a gravidade destas epidemias em *debates abertos*[19]. Alguns objetivos podem ser apontados através da análise dos discursos nestas reuniões, uma vez que nenhuma ação coercitiva é realmente tomada quando se fala de epidemias. Os debates abertos são uma modalidade de reunião em que todos os Estados membros podem comparecer, na qual personalidades relevantes à questão e não membros do CSNU podem utilizar a palavra. Portanto, são reuniões que em primeiro lugar permitem a utilização do *speech act* para gerar uma maior ação global, como maior engajamento e financiamento. E segundo, relacionado ao primeiro, permitem aos discursos ressaltar uma maior coordenação entre os órgãos relevantes em formular respostas apropriadas para essas epidemias, e auxiliar os governos na implementação de estratégias.

## 3.3 O SURGIMENTO DO TEMA EPIDEMIA EBOLA NA ÁFRICA OCIDENTAL NA ONU

Como será observado nos próximos parágrafos, antes da crise do ebola fazer parte da agenda do CSNU, o tema já pertencia à agenda de dois órgãos do sistema ONU, a OMS, órgão especializado na governança da área de saúde e responsável pela abordagem de epidemias, (WHO, 2016) e a CCP, comissão responsável pelo desenvolvimento das capacidades e instituições de Estados pós-conflito. (PBC, 2016)

Duas perspectivas podem ser visualizadas com relação à resposta da OMS à epidemia ebola: a normativa e a operacional. Pela perspectiva normativa, através da Regulação Internacional da Saúde (IHR, sigla em inglês), o único instrumento internacional legal direcionado ao controle da disseminação de doenças. Em 8 de agosto de 2014, baseado no artigo 12 e 15 do IHR, a Diretora Geral da OMS, Margaret Chan, declarou o ebola como uma *emergência de saúde pública de preocupação internacional.* E operacional, quando Chan exortou *as recomendações* temporárias dirigidas aos Estados afetados e à terceiros, com o objetivo de prevenção da disseminação e evitar desnecessárias medidas reativas de pânico como isolamento dos países afetados. (BURCI, 2014)

Apesar de a OMS possuir um papel de liderança na proteção da saúde pública internacional e expertise em trabalho normativo e assessoria técnica, a Organização Médicos Sem Fronteiras aponta sua capacidade como "pouco robusta em responder a emergências e

[19] Existem 9 formatos de reunião do CSNU: as reuniões públicas, que são divididas em debate aberto, debate, *briefing* e adoção. E as reuniões privadas, dividas em debate privado, encontro com TCCs, consultas informais, diálogo interativo informal, e encontros Fórmula Arria.

epidemias, não dispondo de recursos humanos e preparo emergencial suficiente para partir para ação rapidamente e tratar pacientes.” (MSF, 2015, p. 8) Estas disfunções se refletiram na ação da OMS na crise da epidemia ebola. Falhas como indicações baseadas em política ao invés de mérito para posições de chefia, incoerência entre níveis da Organização, falta de conhecimento do vírus, pouca habilidade e inflexibilidade, caracterizaram a fraca liderança e capacidade de resposta da OMS nesta epidemia na África Central. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2015)

Já a CCP teve um papel crucial de pressão aos outros atores e órgãos da ONU para a realização de uma resposta adequada à crise do ebola. Em agosto de 2014, representantes da *Peacebuilding Support Office* (PBSO), *Mano River Union*, e presidentes das configurações da Guiné, Libéria e Serra Leoa na CCP, já discutiam os impactos imediatos e de longo prazo da crise do ebola nos esforços de consolidação da paz. (PBC SUMMARY OF THE FIRST JOINT INFORMAL MEETING...., 2014)

> Os países afetados são Estados pós-conflito e, portanto, ainda frágeis. Em vista disso, é importante não perder de vista esforços de longo prazo, pois existe um grande risco que a crise da saúde tenha impacto político, humanitário, econômico e social nos países da sub-região. Fortalecer a cooperação e coordenação é crucial. (PBC SUMMARY OF THE FIRST JOINT INFORMAL MEETING..., 2014, p. 1, tradução nossa)

Em 8 de setembro de 2014, o Embaixador do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, presidente da CCP na época, convocou uma reunião informal para mais uma vez discutir o tema. O coordenador do sistema ONU para a epidemia, David Nabarro, recordou que a epidemia estava aumentando a instabilidade em países que constam na agenda da Comissão de Consolidação da Paz - notadamente Libéria, Guiné e Serra Leoa - e salientou o risco que a suspensão das linhas de transporte acabasse contribuindo para o isolamento dos Estados-membros afetados, revertendo os avanços logradas na área da consolidação da paz. Ressaltou que o contínuo engajamento da comunidade internacional era fundamental para assegurar uma resposta humanitária adequada e para evitar que as economias e a segurança alimentar dos países se deteriorassem ainda mais. (STATEMENT BY THE PEACEBUILDING COMMISSION ON THE EBOLA CRISIS, 2014) A CCP, organismo que responde ao CSNU e a AGNU, deixava claro qual era a realidade e necessidades na região, e cumpria assim seu papel como interlocutor dos países afetados com o CSNU e sistema ONU em geral.

> A CCP apela para a comunidade internacional para não isolar os países afetados pelo vírus ebola, e realizar uma manutenção nas conexões de transporte munidas de medidas de prevenção adequadas. Engajamento contínuo e links de transporte são essenciais para permitir uma resposta humanitária adequada e para evitar futura deterioração para as economias e segurança alimentar dos países afetados. Suporte logístico e médico necessário e suficiente também é necessário para garantir a proteção do envio de expertise em campo. *A CCP enfatiza a necessidade de uma*

> *resposta urgente e bem coordenada, e uma abordagem integrada de mobilização de recursos para combater a doença nos países afetados.* (STATEMENT BY THE PEACEBUILDING COMMISSION ON THE EBOLA CRISIS, 2014, p. 1, tradução nossa)[20]

## 3.4 A EMERGÊNCIA DA EPIDEMIA EBOLA NO CSNU

A primeira vez que o ebola foi mencionado no CSNU foi em 8 de julho de 2014, brevemente discutido em reunião sobre o Escritório da ONU para a África Ocidental (*UN Office for West Africa).* O Conselho publicou um comunicado de imprensa sobre as questões que afetavam a África Ocidental e expressou "profunda preocupação sobre o surto atual da epidemia do vírus ebola em alguns países da África Ocidental e transmite para a comunidade internacional a necessidade de prover assistência imediata a fim de prevenir a disseminação do vírus." (SECURITY COUNCIL PRESS STATEMENT ON UN OFFICE FOR WEST AFRICA, 2014, S/P, tradução nossa) Nota-se que a epidemia ebola era percebida no CSNU até este momento como uma crise da saúde, e não como uma questão de segurança.

Em relatório semestral sobre a situação da UNMIL (S/2014/598), em 15 de agosto de 2014, o SGNU recomendou a renovação da missão, porém ainda não levava em conta as implicações da crise do ebola e seu impacto à missão. O relatório ainda recomendou a retirada de tropas (removendo 988 militares até meados de 2015), e adição de assistência eleitoral e bons ofícios (as eleições senatoriais estavam previstas para outubro). (TWENTY-EIGHTH PROGRESS REPORT OF THE SECRETARY-GENERAL ON UNMIL, 2014) Contudo, semanas após a publicação do relatório, em 28 de agosto de 2014, o SGNU publicou uma carta endereçada ao Conselho de Segurança (S/2014/644) modificando suas recomendações, mantendo o contingente de tropas e não enviando mais uma assistência eleitoral, já que as eleições haviam sido adiadas indefinitivamente.

> O surto do ebola iniciou-se como uma emergência médica, porém está se tornando cada vez mais complexo, com implicações políticas, de segurança e humanitárias significativas e dinâmicas. [...] Enquanto isso, o país está se tornando cada vez mais isolado, como resultado de algumas companhias aéreas que decidiram interromper o serviço à países afetados pelo ebola, o que possui implicações para a resposta humanitária. Existem também riscos à segurança. Em West Point, em uma comunidade da Monróvia sob isolamento, houve uma série de incidentes de

---

[20] The PBC appeals to the international community not to isolate the countries affected by EVD, including through the maintenance of transportation connections with the adequate prevention measures. Continued engagement and transportation links are essential to allow adequate humanitarian response and to avoid further deterioration to the economies and food security of the affected countries. Necessary and sufficient medical and logistical support is also needed to ensure the full deployment and protection of the much needed international expertize on the ground. *The PBC stresses the need for an urgent and well-coordinated response and integrated approach to resource mobilization to combat the disease in the affected countries.* (STATEMENT BY THE PEACEBUILDING COMMISSION ON THE EBOLA CRISIS, 2014, p. 1)

> segurança, incluindo a invasão pela comunidade de um centro de isolamento do ebola, e confrontos mortais entre membros da comunidade e policiais que estavam impondo a quarenta da área anunciada em 19 de agosto de 2014. [...] (A missão) não está e não vai fazer cumprir o isolamento imposto pelo governo das áreas afetadas. [...] A UNMIL deve monitorar de perto a situação política e de direitos humanos durante a presente crise, mitigando assim excessos ou abusos que podem desencadear em um retrocesso de mais de uma década de paz na Libéria. (LETTER FROM SECRETARY-GENERAL ADDRESSED TO THE PRESIDENT OF THE SECURITY COUNCIL, 2014, p. 2 e 3, tradução nossa)[21]

A linguagem, a partir deste momento, começava a tomar forma de uma preocupação à segurança, quando cita o isolamento da região afetada e as revoltas populacionais com potencial para desestabilizar a Libéria. O Conselho também passou a considerar a saúde dos *peacekeepers*, visto as preocupações dos países contribuidores de tropas (TCCs, sigla em inglês), que cogitavam retirar seus soldados do país por causa do vírus ebola. A reunião em 04 de setembro de 2014 com os TCCs, e um *briefing* com consultas em 09 de setembro de 2014 focaram-se exclusivamente nestas questões. (SECURITY COUNCIL REPORT MONTLY FORECAST, 2014) Dias mais tarde, 15 de setembro, a reunião de renovação de mandato da UNMIL aprovou a resolução 2176, e endossando a carta do SGNU, expressou grave preocupação sobre a epidemia ebola e autorizou uma extensão de três meses da missão sem mudanças no contingente de tropas. (UN MEETINGS COVERAGE, 2014) Neste mesmo dia, o SGNU transmitiu ao Presidente do Conselho uma carta conjunta dos Presidentes da Guiné, Libéria e Serra Leoa, enviada ao SGNU em *29 de agosto de 2014*.

> A OMS está provendo auxílio estratégico e de coordenação para ajudar a combater esta doença. [...] Contudo, Sr. SGNU, nós agora enfrentamos sanções econômicas e embargos comerciais que vão agravar o efeito da crise em nossas economias e sufocar nossas tentativas de controle da epidemia. [...] Na medida em que as sanções aumentam, será impossível trazer especialistas internacionais e suprimentos necessários para o fim do surto. Isto pode levar a consequências econômicas desastrosas que transcendem a sub-região e podem potencialmente retornar nossos países a níveis de pobreza que prevaleciam nos períodos de conflito e instabilidade. [...] Enviar doações e suprimentos enquanto nossas economias são deixadas para morrer de lento estrangulamento não é suficiente. Por mais impressionante que nossos ganhos tenham sido desde o fim da guerra civil, de conflito e instabilidade, estes ganhos são frágeis e reversíveis. Estas sanções estão acelerando um retrocesso. [...] Portanto, nós estamos pedindo por uma intervenção das Nações Unidas para o

[21] While the Ebola outbreak began primarily as a medical emergency, it has become more complex, with political, sucurity and humanitarian implications that are significant and dynamic. […] Meanwhile, the country is becoming increasingly isolated as a result of the decision of some airline companies to cease servicing countries affected by Ebola, which has implications for the humanitarian response. There are also security risks. In West Point, a community in Monrovia under isolation, there have been a number of security incidents, including the storming of an Ebola isolation centre by community, as well as deadly clashes between community members and security personnel enforcing the quarantine of the area announced on 19 august 2014. […] (The mission) has not and will not, enforce the Government-imposed isolation of affect areas. […] UNMIL must also closely monitor the political and human rights situation during the present crisis, in order to mitigate any exactions or abuses that could trigger a reversal of more than one decade of peace in Liberia. (LETTER FROM SECRETARY-GENERAL ADDRESSED TO THE PRESIDENT OF THE SECURITY COUNCIL, 2014, p. 2 e 3)

> fim das sanções dos nossos vizinhos de perto e de longe. (LETTER FROM THE SECRETARY-GENERAL S/2014/669, 2014, p. 2 e 3)[22]

A carta conjunta demonstra apreensão para com as sanções e embargos postos aos três países, e clama por uma resolução da ONU que reflita esta preocupação, mantendo as rotas de comércio, transporte, e uma campanha internacional de educação pública adequada, voltada a desmitificação sobre o vírus e esclarecimento de medidas de prevenção. (LETTER FROM THE SECRETARY-GENERAL S/2014/669, 2014)

Durante as consultas de 04 de setembro de 2014, a Embaixadora americana Samantha Power, presidente do Conselho daquele mês, sugeriu o estabelecimento de uma reunião dedicada à epidemia ebola. Como as reuniões dedicadas ao impacto da AIDS, esperava-se que tivesse como objetivo aumentar os esforços de coordenação e financiamento. As negociações do projeto de resolução revelaram uma preocupação não com a substância da resolução em si, mas à linguagem utilizada na caracterização do impacto do ebola como ameaça à paz e segurança. A discussão do projeto levantou preocupações da Rússia que estava reticente em determinar uma epidemia como ameaça à paz e segurança. Após discussões bilaterais entre EUA e Rússia para chegar a um acordo sobre o tom desta resolução, uma reunião emergencial foi marcada o dia 18 de setembro de 2014. (WHAT´S IN BLUE, 2014a)

Em 18 de setembro de 2014, sob a agenda Paz e Segurança na África, o Conselho organizou a primeira reunião emergencial sobre uma crise da saúde da história do Órgão. Similar às reuniões sobre a AIDS, foi realizado um debate aberto com a ideia de impulsionar uma maior ação global. Durante a sessão foi aprovada a Resolução 2177, que *determina* que a extensão sem precedentes da crise do ebola na África Ocidental constitui uma ameaça à paz e segurança internacional. Esta resolução, terceira sobre um assunto de saúde global, se destaca das demais na medida em que se constitui a primeira do CSNU que reconhece uma epidemia como ameaça à paz e segurança. (SECURITY COUNCIL REPORT MONTHLY FORECAST, 2014)

---

[22] The World Health Organization is now providing strategic support and coordination to help combat this disease. […] Yet, Mr. Secretary-General, we now face virtual economic sanctions and trade embargoes that will end up aggravating the effect of the outbreak on our economies and stifling our attempts to control the epidemic. […] As the sanctions widen, it will become impossible to bring in the international expertise and supplies required to end the outbreak. This could have disastrous economic consequences that transcend the subregion and could potentially return our countries to poverty levels that prevailed during earlier periods of conflict and instability. […] It is not enough to send donations and supplies while our economies are left to die of slow strangulation. As impressive as our gains have been since the end of civil war, conflict and instability in our countries, those gains are fragile and reversible. It now appears that these sanctions are hastening a reversal. […] We are therefore requesting the intervention of the United Nations with our neighbors far and near to end the sanctions. (LETTER FROM THE SECRETARY-GENERAL S/2014/669, 2014, p. 2 e 3)

## 3.5 AÇÃO DE SECURITIZAÇÃO NO CSNU

Conforme explicitado no capítulo 1 deste trabalho, advogar que uma ação de securitização foi realizada envolve a identificação de certos critérios. Estes critérios sendo os objetos referentes, atores securitizadores e atores funcionais. E a realização da securitização quando este movimento for considerado legítimo. Antes de tudo, é importante salientar o CSNU como um órgão que conta com um amplo poder discricionário em torno da definição do que é considerado ameaça internacional, garantido pela formulação abstrata e genérica de sua base legal, a Carta da ONU. (FERREIRA, 2010) Sobre sua base na determinação de ameaças à segurança, o artigo 39 do Capítulo VII da Carta dispõe:

> O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça a Paz, ruptura da Paz, ou ato de agressão e fará recomendações, ou decidirá quais medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artigos 41 e 42, para manter ou restaurar a paz e segurança internacional. (UN CHARTER, 2016, S/P, tradução nossa)[23]

Constata-se, portanto, o papel destinado ao Conselho como órgão privilegiado e legítimo, através do reconhecimento dos Estados membros no momento da assinatura da Carta da ONU, para decidir e definir ameaças à segurança internacional. Conforme a posição de Michael N. Barnett e Martha Finnemore (1999) sobre as organizações internacionais são a "legitimidade da autoridade racional-legal que elas incorporam- somada ao controle que possuem sobre expertises técnicas e de informações- que permite a elas tornarem-se uma fonte de autoridade independente dos princípios estatais que lhes deram origem." (BARNETT; FINNEMORE, 1999 apud FERREIRA, 2010, p. 248) Em vista disso, uma Resolução aprovada no CSNU além possuir um caráter legítimo e de ampla aceitação dos atores funcionais, as decisões aprovadas possuem caráter vinculante.

Intende-se observar duas fases neste processo de securitização. Primeiro a utilização da linguagem de segurança pelo ator securitizador em definir a epidemia ebola na África Ocidental como ameaça, e o projeto de resolução servirá como documento base para isso. Em uma segunda fase, o reconhecimento de uma audiência relevante de que a epidemia ebola é de fato uma ameaça. Para tanto, utilizar-se-á os discursos proferidos e a votação durante o debate aberto em 18 de setembro para averiguar este processo. É necessário sublinhar que a divisão entre duas fases é uma escolha de simplificação da análise, o processo de estabelecimento de

[23] The Security Council shall determine the existence of any threat to the Peace, breach of the Peace, or act of aggression and shall make recommendations, or decide what measures shall be taken in accordance with Articles 41 and 42, to maintain or restore international peace and security. (UN CHARTER, 2016, S/P)

uma resolução e a aceitação da audiência são realizados de forma simultânea e interconectados.

Identifica como ator securitizador os EUA, não tanto pelo fato que foi o país que sugeriu a discussão do tema em uma reunião específica, mas foi o país que iniciou e presidiu o processo informal de discussão de um projeto de resolução sobre (WHAT´S IN BLUE, 2014a), que na linguagem usada na ONU, o coloca como *penholder.*[24] Vale relembrar que foram os EUA, representados pelo vice Presidente Al Gore, que também presidiu a reunião que aprovou a resolução sobre o vírus HIV em 2000, e que os EUA também são *penholder* em assuntos concernentes à Libéria e presidente do Comitê de sanções à Libéria (1521). (SECURITY COUNCIL REPORT MONTLY FORECAST, 2014) Os objetos referentes identificados são os principais países afetados pela epidemia ebola, Guiné, Libéria e Serra Leoa, tendo como base o apelo feito por estes na carta ao SGNU em 29 de agosto. Os principais atores funcionais identificados são os países co-patrocinadores da resolução, os órgãos do Sistema ONU que fazem parte da resposta à epidemia, as ONG´s como o MSF, e os organismos regionais como a União Africana, representados na reunião.

O preâmbulo[25] da Resolução 2177 (2014), sublinha a *lembrança* da resolução sobre a situação da Libéria e renovação da UNMIL; o *reconhecimento* de que a epidemia está afetando (e possivelmente revertendo) os ganhos de *peacebuilding* e desenvolvimento dos principais países afetados; o *destaque* para a possibilidade de revoltas civis e deterioração política e de segurança destes países; a *determinação* da epidemia ebola na África como ameaça à paz e segurança; a *importância* dos Estados membros em cumprir as regulações providas pela OMS e pelo IHR (2005); a *preocupação* pelo impacto das restrições de passagem e troca para os países afetados; o *enfoque* do papel das entidades relevantes da ONU, em particular a AGNU, o ECOSOC, e a CCP nos esforços de resposta à epidemia; e o *reconhecimento* do papel central da OMS como coordenador. (SECURITY COUNCIL S/RES/2177, 2014) Ou seja, a primeira parte deixa claro que a securitização é voltada a combater o impacto da epidemia ebola nos ganhos em segurança dos países afetados, e

---

[24] "Penholder(s)" iniciam e presidem o processo informal de estabelecimento de um *draft*. Esse arranjo informal, quando apropriado, serve para facilitar temporalmente as iniciativas assegurando a ação do Conselho enquanto preserva o elemento de continuidade, com vistas a melhorar o trabalho do Conselho. [...] Para isso, os membros do CSNU encorajam, quanto antes melhor, o estabelecimento de *penholders* no processo de proposta de resolução, assim possibilitando a troca de informações entre membros do Conselho e engajamento de consultas a tempo com todos. (PRESIDENT OF THE SECURITY COUNCIL S/2014/268, 2014, p. 1, tradução nossa)

[25] As resoluções da ONU são expressões formais de vontade e opinião dos órgãos da ONU, e são dividas em preâmbulo e parte operacional. O preâmbulo apresenta as considerações que constituem a base nas quais ações são tomadas, opiniões expressadas e diretivas dadas. Já a parte operacional posiciona a opinião do órgão e a ação a ser executada. (SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS, 2014)

ressalta o papel de liderança da OMS na resposta operacional à epidemia, enquanto Estados e os órgãos relevantes da ONU possam fazer contribuições significativas.

Já na parte operacional, a resolução *encoraja* os governos da Libéria, Serra Leoa e Guiné a acelerar o estabelecimento de mecanismos nacionais para identificação de pessoas afetadas, tratamento adequado, campanhas educativas, e quaisquer meios para mitigar e responder à epidemia ebola; *encoraja* também a estes países a estabelecer esforços para mitigar as consequências políticas, de segurança, socioeconômicas e humanitárias que a crise do ebola causou; *expressa preocupação* com o isolamento aos países afetados; *pede* aos Estados membros para levantar as restrições impostas e as companhias aéreas e navais que mantenham as conexões de transporte e comércio aos países afetados e da região; *pede* aos Estados membros para facilitar o envio de assistência e que implementem medidas de comunicação com o público, mitigando a desinformação; *solicita* ao SGNU que desenvolva uma plataforma de comunicação entre o Sistema ONU, países afetados e outros parceiros relevantes; e *encoraja* a OMS a fortalecer sua liderança técnica e operacional à resposta da epidemia. (SECURITY COUNCIL S/RES/2177, 2014)

Em resumo, a parte operativa encoraja os Estados afetados a adotar medidas de mitigação, aos Estados membros e parceiros aumentar sua assistência e mobilização de recursos, ao fim do isolamento e imposição de medidas restritivas, e ao Sistema ONU uma melhor coordenação de ações. Em outras palavras, solicita assistência humanitária e medidas de saúde global, e deixa claro o papel de liderança e coordenação da OMS e AGNU para tanto. Talvez o que seja uma ação mais significativa, levando em conta as ferramentas disponíveis do CSNU, é o pedido do fim do isolamento e restrições aos países afetados.

Analisando a resolução, observa-se que não há elaboração em uma base factual ou normativa para esta determinação de ameaça além da ligação do risco da epidemia reverter os ganhos de *peacebuilding* e desenvolvimento na Libéria, Serra Leoa e Guiné. A Carta da ONU fornece uma estrutura na qual o CSNU possa tomar qualquer ação de imposição. O artigo 39 dispõe ao CSNU a capacidade de determinar a existência de qualquer ameaça, violação, ou ato de agressão, bem como fazer recomendações e estabelecer ações militares ou não-militares para manter ou restaurar a paz e segurança internacional. (SECURITY COUNCIL REPERTOIRE, 2016)

> A gama de situações nas quais o Conselho determina como origem a ameaças para a paz incluem situações Estado-específicas como conflitos inter ou intra Estado ou conflitos internacionais com uma dimensão regional ou sub-regional. Além disso, o Conselho pode identificar ameaças potenciais ou genéricas a paz e segurança internacionais, como atos terroristas, proliferação de armas de destruição em massa

> ou proliferação de tráfico ilícito de armas ligeiras ou de pequeno calibre. (SECURITY COUNCIL REPERTOIRE, 2016, S/P, tradução nossa)[26]

No Capítulo VII da Carta, que versa sobre ação a respeito às ameaças a paz, rupturas da paz e atos de agressão, o artigo 41 se refere às medidas contra as ameaças a paz que o Conselho pode executar com vista à dar efeito a suas decisões que não envolvem o uso da força armada. Entre as mais comuns para impor suas decisões estão as sanções, que podem incluir "sanções econômicas e comerciais abrangentes, ou medidas mais específicas como embargo de armamento, de viagem, financeiro, ou de restrições diplomáticas, ou medidas como a criação de tribunais e fundos de compensação." (SECURITY COUNCIL REPERTOIRE, 2016, S/P, tradução nossa) Nota-se que, apesar de determinar a extensão da epidemia ebola como ameaça à paz e segurança internacional, a Resolução 2177 não toma qualquer ação de imposição sob o Capítulo VII. Isso se deve, antes de tudo, à inexistência de um alvo cujo comportamento deve ser mudado perante coerção. (BURCI, 2014) Conclui-se que o uso da linguagem do artigo 39 serve essencialmente em um primeiro momento para um propósito político e simbólico, na medida em que gera um aumento de comprometimentos políticos, operacionais e financeiros da comunidade internacional. Isso será percebido principalmente nos discursos durante o debate aberto do dia 18 de setembro de 2014.

A Resolução 2177 (2014) foi adotada por unanimidade durante o debate aberto,*7268$^{th}$ meeting*, de 18 de setembro. O debate contou com discursos do SGNU Ban Ki-moon, do Coordenador das Nações Unidas para o ebola, David Nabarro, a Diretora Geral da OMS, Margaret Chan, e um funcionário da saúde do MSF baseado na Libéria, Jackson K.P. Niamah. (SECURITY COUNCIL S/PV.7268, 2014) Destes discursos, vale sublinhar os tons emocionados, apaixonados, e de apelo à comunidade internacional. A seguir, trechos das intervenções nesse debate do SGNU, Margaret Chan e Jackson Niamah, respectivamente.

> O sofrimento e efeito de transbordamento na região e além demandam a atenção do mundo inteiro. Ebola é uma questão para todos. [...] Os líderes dos países afetados pediram à ONU para coordenar uma resposta global. Nós estamos comprometidos em fazer o que for necessário, com a rapidez e escala exigida. [...] Esta situação sem precedentes requer passos sem precedentes para salvar vidas e salvaguardar a paz e segurança. (SGNU, 2014, p. 2 e 3, tradução nossa)
>
> Nos países mais afetados, o número de contenciosos aumenta cada vez mais para empurrar os governos à eminência de se tornarem Estados falidos. [...] Este é talvez o maior desafio sem conflito que a ONU e suas agências já enfrentaram. [...] Isto não é só uma epidemia; isto não é só uma crise da saúde pública. Isto é uma crise social,

[26] "The range of situations which the Council determined as giving rise to threats to the peace includes country-specific situations such as inter- or intra-State conflicts or internal conflicts with a regional or sub-regional dimension. Furthermore, the Council identifies potential or generic threats as threats to international peace and security, such as terrorist acts, the proliferation of weapons of mass destruction or the proliferation and illicit trafficking of small arms and light weapons." (SECURITY COUNCIL REPERTOIRE, 2016, S/P)

> humanitária, econômica e uma ameaça à segurança nacional muito além das zonas epidêmicas. (CHAN, 2014, p. 5, tradução nossa)

> Eu não posso ficar de lado e assistir o meu povo morrer. [...] Neste exato momento, enquanto falo, existem pacientes sentados nos portões de entrada, literalmente implorando por suas vidas. [...] Eles são abandonados; eles passam uma morte terrível, uma morte indigna. Nós estamos falhando com os doentes porque não existe ajuda o suficiente em campo. (NIAMAH, 2014, p. 6, tradução nossa)

Samantha Power, Embaixadora dos EUA, enfatizou no seu discurso o isolamento dos três países mais afetados, segundo a Representante Permanente “O problema é, enquanto o isolamento é eficaz e realmente necessário em lidar com indivíduos que possivelmente foram expostos ao ebola, é absolutamente contra produtivo quando aplicado a países inteiros.” (POWER, 2014, p. 8, tradução nossa) Sublinhou ainda a importância da resolução como uma chamada para ação, não somente para o CSNU, mas para todo Sistema ONU.

O restante dos países, de forma geral, reconheceram a importância da epidemia como ameaça à paz e segurança, as consequências políticas, econômicas, sociais e humanitárias para a Libéria, Serra Leoa e Guiné, e a ameaça para os ganhos realizados por estes três países nos últimos anos. Além disso, os países usaram a oportunidade para declarar doações financeiras, de equipamentos, kits sanitários, envio de tropas, entre outras formas de auxílio. A delegação russa apoiou a discussão do tópico pelo Conselho e acolheram a adoção da resolução 2177 (2014), deixando claro, contudo, que a discussão deve estar voltada ao auxílio aos três países mais afetados. A Representante Permanente da Argentina, María Cristina Perceval, sublinhou que a responsabilidade em lidar substantivamente com a epidemia deve estar centrada na AGNU, ECOSOC e outras agências especializadas como a OMS. (SECURITY COUNCIL S/PV.7268, 2014)

> Por esta razão, enquanto apoiamos a cooperação por parte do Conselho de Segurança, também acreditamos que a Assembleia Geral deveria possuir a responsabilidade de responder a proposta do Secretário Geral de estabelecer uma missão especial para a região. (PERCEVAL, 2014, p.20, tradução nossa)

O Brasil fez uma intervenção no mesmo sentido: “Porém, nós sublinhamos a necessidade de lidar com a epidemia primeiro e principalmente como uma emergência da saúde e um desafio ao desenvolvimento social do que uma ameaça à paz e segurança.” (PATRIOTA, 2014, p. 28, tradução nossa) O Ministro das Relações Exteriores da Guiné, François Louncény Fall, sintetizou, em poucas palavras, o apelo dos três países à ONU: “fechamento de fronteiras, restrições de vôos, estigmatização de vítimas, isolamento de países afetados e repatriação de seus cidadãos constitui uma arma mais perigosa que a calamidade sendo combatida.” (FALL, 2014, p. 24, tradução nossa)

Duas afirmações sobre a teoria da securitização são convenientes de serem relembradas neste momento. Primeiro que securitização é uma prática de discurso intersubjetiva. Segundo que a securitização serve como instrumento para legitimação da força ou outra ação fora das *políticas normais*. (BUZAN et al., 1998)

Sobre a primeira afirmação, podemos tirar algumas conclusões. O discurso versa sobre o ebola como ameaça à segurança de Serra Leoa, Libéria e Guiné, discurso que verificamos que já estava sendo inicialmente construído e reproduzido em outros órgãos do sistema ONU, a exemplo da CCP, e que foi trazido à mesa do Conselho pelos EUA, país que verificamos também possuir interesse nas questões de segurança da Libéria. A partir disso, a construção intersubjetiva do significado do ebola como ameaça foi legitimada pela aprovação histórica de uma resolução com 134 Estados membros co-patrocinadores. Somam-se a isso as declarações do debate aberto que revelaram total apoio ao movimento de securitização da epidemia ebola, e a adoção da resolução A/RES/69/1 pela AGNU um dia depois ao debate, 19 de setembro de 2014. Resolução esta que vai ao encontro das recomendações do CSNU e estabelece a Missão das Nações Unidas para a resposta à emergência ao ebola (UNMEER, sigla em inglês). (UNITED NATIONS A/RES/69/1, 2014)

Assim sendo, constata o significado dessa securitização, que é baseado em um sentido limitado à situação de risco político e econômico da Libéria, Serra Leoa e Guiné, visto as vulnerabilidades e ganhos em *peacekeeping* e *peacebuilding* ameaçados pela epidemia.

Sobre a segunda afirmação sobre securitização, verificamos que o teor da resolução, bem como uma análise dos discursos proferidos no debate aberto do dia 18 de setembro de 2014, objetiva principalmente à mobilização de esforços e recursos pela comunidade internacional. Apesar das recomendações como o fim do isolamento da região, o CSNU não estabeleceu, neste debate aberto em 18 de setembro de 2014, nenhuma ação disposta na sua Carta constitutiva para as ameaças a paz, rupturas da paz e atos de agressão.

Contudo, apesar do Conselho não ter adotado nenhuma medida de imposição na resolução 2177 (2014), a determinação de implicações de segurança à crise do ebola teve de fato um efeito normativo meses depois, em uma ação de imposição sob o Capítulo VII na Libéria. Em 9 de dezembro de 2014 foi aprovada a resolução 2188 (2014), que determinou a extensão do período de sanções de armas e viagens à alvos específicos no país. Procedimentos que estavam programados como a retirada progressiva da UNMIL e o regime de sanções devido ao progresso da Libéria tiveram que ser alterados. O que era pra ser um *technical roll-over* (uma prolongação técnica) no mês de dezembro, transformou-se para manter o nível de

força da UNMIL e a retenção de sanções até que a crise do ebola estivesse sob controle. (WHAT´S IN BLUE, 2014b)

Segundo relatório do *What´s in Blue*, site de responsabilidade da organização *Security Council Report*, a mudança na resolução 2188 (2014) revela a intenção explícita do CSNU em manter o regime de sanções sob análise para a possibilidade de modificação. Isso foi adicionado ao texto por causa da dificuldade do progresso da Libéria em cumprir os critérios (cessar-fogo, DDR, SSR, implementação do Acordo de Paz e progresso em estabilidade) tendo em vista a atual ameaça à paz e segurança do vírus ebola. (WHAT´S IN BLUE, 2014b) Ou seja, o impacto do ebola na estabilidade na Libéria, identificado por meio do movimento de securitização da epidemia ebola como uma ameaça, foi reconhecido como um fator adicional para as futuras decisões do Conselho sobre a modificação ou cessação de sanções e regime de envio de tropas. Era utilizada, portanto, uma medida de segurança pacífica, legitimada pela securitização.

## CONCLUSÃO

Conforme visto no capítulo 1 sobre securitização, uma abordagem de segurança implica uma lógica de ameaça/defesa, que conforme advogam Buzan et al. (1998), uma lógica que empurra a questão para além das forças da *política e leis normais*, longe da sociedade civil para organizações de inteligência e militares.

Na epidemia ebola na África Ocidental, dois movimentos de securitização foram importantes para a discussão no CSNU. A securitização da crise pelos países afetados, que implicou em quarentenas, toques de recolher, entre outras medidas coercitivas militares; e na forma com que os países afetados lidaram com os financiamentos e fundos para a resposta. E a securitização de terceiros países, que implicou em total isolamento dos Estados mais afetados. Estes movimentos, portanto, estão de total acordo com que a teoria de securitização advoga quando fala de medidas que vão além da *política normal.*

Porém, a reação doméstica dos países afetados com a securitização por meio de demonstrações e até uso da violência revelou uma situação frágil de segurança na região, de consequências multidimensionais. Intentou-se identificar essa reação negativa dos movimentos de securitização com questões históricas de formação da Libéria, Serra Leoa e Guiné. Segundo Buzan e Weaver (2003), domesticamente, a habilidade de elites políticas-militares em obter recursos sem o engajamento do desenvolvimento econômico e político da sociedade afetou de forma extremamente negativa um processo de formação de Estado na região. Esta condição de fragilidade levou à ação do Sistema ONU na região durante décadas. Ainda segundo os autores, a interação de segurança na África Ocidental além da ação das Operações de Paz é quase inexistente, o que é comum é um efeito de transbordamento do nível domestico, resultado de uma interação entre regimes e movimentos insurgentes. (BUZAN; WEAVER, 2003)

A securitização do ebola por outros países tendo como resultado o total isolamento dos Estados mais afetados foi decisiva para ação do CSNU, fato que se corrobora pela importância que a Carta ao SGNU pela Libéria, Guiné e Serra Leoa em agosto, a resolução 2177 e os discursos do debate do dia 18 de setembro de 2014 deram ao fato.

Com os resultados negativos destes dois movimentos de securitização, o movimento de securitização do CSNU teve de início o objetivo de incentivar ações mais enérgicas contra a epidemia pela comunidade internacional e acabar com o isolamento da região afetada. À primeira vista, as mensagens da resolução e dos discursos do debate aberto parecem contraditórias, uma vez utilizam uma linguagem de securitização e dessecuritização, ao

mesmo tempo. De securitização, por causa da afirmação, mais que isso, de *determinação* do ebola como ameaça a segurança. Ou seja, de securitização porque se refere à construção intersubjetiva sobre a prioridade e emergência da ameaça existencial que constitui o ebola. E dessecuritização por dois fatores. Primeiro, por pedir pelo fim do isolamento aos três países, ou seja, pelo fim de uma medida de segurança estabelecida por outros países para com o ebola. E segundo, pelo disposto no *op* (parágrafo operativo) 1 e 2 da Resolução 2177 (2014), que sustenta um fortalecimento de ações de saúde global e maior credibilidade e transparência nas ações públicas para mitigação da epidemia e desenvolvimento sustentável das capacidades nacionais. Logo, são ações de dessecuritização porque inserem a questão da epidemia ebola dentro da área da *política normal*, e, portanto retiram da lógica de ameaça/defesa.

Em um primeiro momento, apesar da adoção da resolução 2177 (2014) ser considerada como um movimento de securitização no Conselho, a construção do ebola como ameaça não utiliza nenhuma ferramenta de fato pelo órgão, ou medida de segurança que é justificada pela designação de ameaça além da intenção de fomentar auxílio e fundos para os três países afetados. Somente meses mais tarde a aprovação da resolução a designação da epidemia ebola na África Ocidental mostrou-se base de justificativa de uma ação do Conselho em modificar o plano de regime de sanções na Libéria.

Portanto, duas abordagens são discernidas neste processo: uma intervenção baseada no auxílio e caráter desenvolvimentista, e uma intervenção baseada em segurança nacional. A primeira abordagem é verificada tanto no teor da resolução 2177 (2014), tanto quando defende ações de saúde global e assistência humanitária, tanto quanto no teor dos discursos do debate no dia 18 de setembro de 2014, que também fomentam auxílio financeiro e humanitário. A intervenção baseada em segurança, que é, em última instância, um dos motivos da criação do CSNU, é verificada no pedido do fim do isolamento destes três países, e a subsequente mudança no regime de sanções da Libéria.

Estas duas respostas, que por vezes se contradizem, forjam aqui uma abordagem múltipla do sistema ONU para lidar com a crise que os países Libéria, Serra Leoa e Guiné estavam passando. Este caso exemplifica a agenda ampliada da ONU para a paz, que conecta segurança e desenvolvimento, e que exige ações cada vez mais coordenadas entre órgãos da organização, podendo responder, assim, a questões cada vez mais complexas, como foi a epidemia ebola na África Ocidental.

Porém, esta abordagem múltipla não invalida, em absoluto, os objetivos e motivações do CSNU, que não contraria seu *modus operandi*. Apesar de reconhecer a interconexão de desenvolvimento e segurança e de acompanhar a evolução de novos temas no Sistema ONU,

pode-se afirmar que, com relação à temas da saúde, em última instância, a atuação do CSNU agiu de forma *tradicional e estatocêntrica de segurança*. Primeiro porque sua motivação não foi erradicar uma epidemia, e sim salvaguardar os ganhos de desenvolvimento estabelecidos na Libéria, Serra Leoa e Guiné e impedir retrocessos. E, segundo, o Conselho trabalhou em coordenação com outros órgãos e agências da ONU; porém, deixou claro que cabia à OMS, agência especializada, a liderança na mitigação da epidemia ebola, e verificou-se que a utilização de suas ferramentas foi sempre voltada ao objetivo de segurança e estabilidade nacional destes três países, como se percebe com o pedido ao fim do isolamento dos Estados e as sanções impostas à Libéria.

Reconhecendo as limitações deste estudo devido à complexidade ao analisar uma securitização de forma holística, o presente trabalho tentou explorar a racionalidade de incluir a epidemia ebola na agenda de ameaça à paz e segurança do CSNU. Sua relevância está na *desconstrução* da designação excepcional de um tema da saúde no Conselho de Segurança, e constatação deste processo de securitização como uma construção intersubjetiva de ameaça que almeja legitimar ações. E que estas ações estavam ligadas a um objetivo comum entre os membros do Conselho de Segurança, a preservação da segurança e estabilidade nacional na Guiné, Libéria e Serra Leoa.

# REFERÊNCIAS

ALBERT, Mathias; BUZAN, Barry. **Securitization, Sectors and Functional Differentiation**. In: ISA ASIA-PACIFIC REGION INAUGURAL CONFERENCE, 2011, Brisbane. Paper for panel. Brisbane, 2011. p. 1 - 13. Disponível em: <http://www.uq.edu.au/isaasiapacific/content/MathiasAlbert7-5.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

BOIRO, Mamadou Saliou. **Quand l'épidémie d'Ebola devient une « opportunité » politique.** 2014. GuineeActu.info. Disponível em: <http://guineeactu.info/debats-discussions/chroniques/5037-quand-lepidemie-debola-devient-une-l-opportunite-r-politique.html>. Acesso em: 13 maio 2016.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **An Agenda for Peace:** Preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping. 1992. A/47/227- S/24111. Disponível em: <http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/shared/Winter/protected/Boutros Boutros Ghali Agenda for Peace.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

BRIGHT, Jonathan. **Securitisation, terror, and control:** towards a theory of the breaking point. Review Of International Studies, [s.l.], v. 38, n. 04, p.861-879, 21 fev. 2012. Cambridge University Press (CUP). http://dx.doi.org/10.1017/s0260210511000726. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/RIS>. Acesso em: 11 maio 2016.

BURCI, Gian Luca. **Ebola, the Security Council and the securitization of public health.** Questions Of International Law, Nápoles, v. 1, s/p, dez. 2014. Disponível em: <http://www.qil-qdi.org/ebola-security-council-securitization-public-health/>. Acesso em: 11 maio 2016.

BURCI, Gian Luca; QUIRIN, Jakob. **Ebola, WHO, and the United Nations:** Convergence of Global Public Health and International Peace and Security. The American Society Of International Law, Washington, v. 18, n. 25, s/p, nov. 2014. Disponível em: <https://www.asil.org/insights/volume/18/issue/25/ebola-who-and-united-nations-convergence-global-public-health-and>. Acesso em: 11 maio 2016.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear:** The National Security Problem in International Relations. Sussex: Wheatsheaf Books Ltda, 1983.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. **Regions and Powers:** The Structure of International Security. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security:** A new framework for analysis. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CARVALHO, Ulisses Wehby de. **SAFETY x SECURITY:** qual é a diferença entre elas?. 2014. Elaborado por Tecla Sap, sua língua falando inglês. Disponível em: <http://www.teclasap.com.br/falsas-gemeas-safety-x-security/>. Acesso em: 11 maio 2016.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **First Global Estimates of 2009 H1N1 Pandemic Mortality Released by CDC-Led Collaboration.** S/P. 2016. Centers for Disease and Control Prevention. Disponível em:

<http://www.cdc.gov/flu/spotlights/pandemic-global-estimates.htm>. Acesso em: 11 fev. 2016.

CEPIK, Marco. **Segurança Nacional e Segurança Humana:** Problemas Conceituais e Consequências Políticas**.** Security And Defense Studies Review, Washington, v. 1, n. 1, p.01-19, primavera 2001. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/marcocepik/files/cepik_-_2001_-_seg_nac_e_seg_hum_-_sec_and_def_review.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

CHARRETT, Catherine. **A critical application of securitization theory:** overcoming the normative dilemma of writing security. Barcelona: Institut Català Internacional Per La Pau, 2009. Disponível em: <http://icip.gencat.cat/web/.content/continguts/publicacions/workingpapers/arxius/wp7_ang.pdf>. Acesso em: 11 de maio 2016.

DENNEY, Lisa. **Beyond the medical crisis:** The politics of Ebola in Sierra Leone. 2015. Institute of Development Studies (IDS). Disponível em: <http://www.ids.ac.uk/opinion/beyond-the-medical-crisis-the-politics-of-ebola-in-sierra-leone>. Acesso em: 13 maio 2016.

DUQUE, Marina Guedes. O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional. **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 31, n. 3, p. 459-501, Dec. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292009000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

EPSTEIN, Helen. **Ebola in Liberia:** An Epidemic of Rumors. 2014. The New York Review of Books. Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/2014/12/18/ebola-liberia-epidemic-rumors/>. Acesso em: 13 maio 2016.

FERREIRA, Renata Barbosa. **A ONU e a OMS no divã:** o movimento de securitização do trauma em processos de reconstrução de Estados pós- conflito. 2010. 323 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Puc- Rio, Rio de Janeiro, 2010. Cap. 6. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17458/17458_7.PDF>. Acesso em: 11 maio 2016.

FOUCHER, Vincent. **Ebola en Guinée :** une épidémie « politique » ? 2015. International Crisis Group Blog. Disponível em: <http://blog.crisisgroup.org/africa/2015/10/01/ebola-en-guinee-une-epidemie-politique/>. Acesso em: 13 maio 2016.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Bruxelas: **The politics behind ebola crisis**, 2015. Africa Report N°232. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/en/regions/africa/west-africa/232-the-politics-behind-the-ebola-crisis.aspx>. Acesso em: 11 maio 2016.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Liberia and Sierra Leone:** rebuilding failed States. 2004. Crisis Group Africa Report N°87. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/~/media/Files/africa/west-africa/sierra-leone/Liberia and Sierra Leone Rebuilding Failed States.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Liberia:** How Sustainable Is the Recovery? 2011. Africa Report N°177. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/en/regions/africa/west-africa/liberia/177-liberia-how-sustainable-is-the-recovery.aspx>. Acesso em: 13 maio 2016.

MACDOUGALL, Clair; FINK, Sheri. **Liberian President's Ban on Rallies Is Seen as Political.** 2014. The New York Times. Disponível em:

<http://www.nytimes.com/2014/12/08/world/africa/liberian-presidents-ban-on-rallies-is-seen-as-political.html?_r=0>. Acesso em: 13 maio 2016.

MCDONALD, M.. **Securitization and the Construction of Security.** European Journal Of International Relations, [s.l.], v. 14, n. 4, p.563-587, 1 dez. 2008. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/1354066108097553. Disponível em: <http://wrap.warwick.ac.uk/1232/1/WRAP_McDonald_0671572-pais-270709-mcdonald_securitisation_and_construction_of_security_ejir_forthcoming_2008.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

MEDECINS SANS FRONTIERES. **Pushed to the Limit and Beyond:** A year into the largest ever Ebola outbreak. 2015. Disponível em: <http://www.msf.org/en/article/ebola-pushed-limit-and-beyond>. Acesso em: 13 maio 2016.

MICHAELIS. **Dicionário de Português Online:** Significado de "segurança". Uol: Editora Melhoramentos Ltda., 2009. Disponível em: <[illegible]>. Acesso em: 11 maio 2016.

ONUOHA, Freedom C.. **Corruption and National Security:** The Three-Gap Theory and the Nigerian Experience. Nigerian Journal Of Economic And Financial Crimes, Nigéria, v. 1, n. 2, p.1-13, abr. 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/653219/Corruption_and_National_Security_The_Three_Gap-Thesis_and_the_Nigerian_Experience>. Acesso em: 11 maio 2016.

PEACEBUILDING COMMISSION. **Informal meeting of the Guinea Country-Specific Configuration of the PBC.** Nova Iorque: United Nations, 2014. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/cscs/gui/informal/140514 Chair Summary PBC_GUI_Meeting140416.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

PEACEBUILDING COMMISSION. **Statement by the Peacebuilding Commission on the Ebola Crisis.** 2014. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/ebola.shtml>. Acesso em: 13 maio 2016.

PEACEBUILDING COMMISSION. **Summary of the First Joint Informal Meeting of the PBC Configurations of Guinea, Liberia and Sierra Leone on the Ebola Crisis.** 2014. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/ebola.shtml>. Acesso em: 13 maio 2016.

RUDZIT, Gunther. **O debate teórico em segurança internacional:** mudanças frente ao terrorismo?. Civitas - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.297-323, 2005. EDIPUCRS. http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2005.2.5. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/5>. Acesso em: 13 maio 2016.

SECRETARY- GENERAL OF THE UNITED NATIONS. **Letter dated 1 September 2015 from the Secretary-General addressed to the President of the General Assembly.** General Assembly Documents, 1º de setembro de 2015. Disponível em: < http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/69/1014 > Acesso em: 11 fev. 2016.

SECURITY COUNCIL PRESS STATEMENT. **Security Council Press Statement on United Nations Office for West Africa.** 2014. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2014/sc11466.doc.htm>. Acesso em: 11 maio 2016.

SECURITY COUNCIL REPORT. **Security council monthly forecast.** Nova Iorque: Security Council Report, outubro 2014. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/{65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9}/2014_10_forecast.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

SNYDER, Michael R.. **Security Council Response to Ebola Paves Way for Future Action.** 2014. International Peace Institute Global Observatory. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2014/12/security-council-response-ebola-action/>. Acesso em: 11 maio 2016.

STONE, Marianne. **Security according to Buzan:** A comprehensive security analysis. Groupe D'etudes et D'expertise "Sécurité et Technologies", Paris, v. 1, n. 1, p.01-11, primavera 2009. Disponível em: <http://www.geest.msh-paris.fr/IMG/pdf/Security_for_Buzan.mp3.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

STUART• -MENTEATH, Skye. **The Securitisation of Health and the United Nations Security Council.** 2016. 16 f., Curso de Politics And International Relations, School Of Social Sciences, University Of Auckland, Auckland, 2016. Disponível em: <http://nzcgs.org.nz/wp-content/uploads/2016/03/The-Securitisation-of-Health-and-the-UNSC-1.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

TANNO, Grace. **A contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p.47-80, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

UN MEETINGS COVERAGE AND PRESS RELEASE. **With Ebola Threatening West Africa, Security Council Adopts Resolution 2188 (2014) Renewing Liberia Sanctions for Nine Months, with View to Lifting Them.** 2014. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2014/sc11686.doc.htm>. Acesso em: 11 maio 2016.

UN MEETINGS COVERAGE AND PRESS RELEASE. **With Spread of Ebola Outpacing Response, Security Council Adopts Resolution 2177 (2014) Urging Immediate Action, End to Isolation of Affected States.** 2014. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2014/sc11566.doc.htm>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNIPSIL. **Sierra Leone saw many UN "firsts," says Ban Ki-moon as UNIPSIL completes its mandate.** 2014. UNIPSIL Featured News. Disponível em: <http://unipsil.unmissions.org/Default.aspx?tabid=9611&ctl=Details&mid=12590&ItemID=20677&language=en-US>. Acesso em: 01 jun. 2016.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **(A/RES/69/1) Measures to contain and combat the recent Ebola outbreak in West Africa.** Nova Iorque: Un Documents, 2014. Sixty-ninth session Agenda item 124. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/1>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS MEETINGS COVERAGE AND PRESS RELEASE. **As Nature of New Threats Evolves, Security Council, Central to Keeping Peace, Must also Keep Pace,**

**Secretary-General Says During Council Debate on New Challenges.** 2011. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2011/sc10457.doc.htm>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS PEACEBUILDING COMMISSION. **Country- specific configurations.** 2016. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/doc_liberia.shtml>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Past peacekeeping Operations.** 2016. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/past.shtml>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **(S/2014/644) Letter dated 28 august 2014 from the Secretary- General addressed to the President of the Security Council.** Nova Iorque, 2014 Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2014/644>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **(S/2014/669) Letter dated 15 September 2014 from the Secretary-General addressed to the president of the Security Council.** Nova Iorque, 2014. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2014/669>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **(S/2014/268) Note by the President of the Security Council.** Nova Iorque: UN Documents, 2014. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/{65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9}/s_2014_268.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **(S/2014/598) Twenty- eighth progress report of the Secretary General on the United Nations Mission in Liberia.** Nova Iorque: UN Documents, 2014.. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2014/598>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **(S/PV.7213) Report of the Secretary-General on the activities of the United Nations Office for West Africa (S/2014/442).** Nova Iorque: UN Documents, 2014. p. 4 7213th meeting. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7213>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **(S/PV.7268) Peace and security in Africa: Ebola.** Nova Iorque: Un Documents, 2014. 7268th meeting. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7268>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **(S/PV.7270) The situation in Liberia.** Nova Iorque: Un Documents, 2014. p. 8. 7260th meeting. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7260>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **(S/PV.7279) Peace and security in Africa.** Nova Iorque: Un Documents, 2014. p. 14. 7279th meeting. Disponível em:

<http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7279>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Frequently Asked Questions.** Disponível em: <http://www.un.org/en/sc/about/faq.shtml#threat>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **(S/PV.6668) Maintenance of international peace and security meeting.** 2011. 6668th meeting. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6668>. Acesso em: 13 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Note by the President of the Security Council.** 2014. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2014/268>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Repertoire of the Practice of the Security Council, 2004-2007.** Nova Iorque: Un Documents, 2008. Chapter VIII. Consideration of questions under the responsibility of the Security Council for the maintenance of international peace and security. Disponível em: <http://www.un.org/en/sc/repertoire/2004-2007/Chapter 8/Thematic/04-07_8_HIV AIDS and PKO.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Repertoire.** 2016. Disponível em: <http://www.un.org/en/sc/repertoire/constitutional_issues.shtml>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 1308 (2000).** Nova Iorque: Un Documents, 2000. (S/RES/1308 (2000)). 4172nd meeting. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1308(2000)>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 2177 (2014).** Nova Iorque: Un Documents, 2014. (S/RES/2177 (2014)). 7268th meeting. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2177 (2014)>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 2188 (2014).** Nova Iorque: Un Documents, 2014. (S/RES/2188 (2014)). 7328th meeting. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2188 (2014)>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Security Council Resolutions.** 2016. Disponível em: <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>. Acesso em: 11 maio 2016.

UNITED NATIONS. **Meetings Coverage and Press Releases:** With Spread of Ebola Outpacing Response, Security Council Adopts Resolution 2177 (2014) Urging Immediate Action, End to Isolation of Affected States. 2016. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2014/sc11566.doc.htm>. Acesso em: 11 fev. 2016.

UNITED NATIONS. **Overview.** 2016. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/about-un/overview/index.html>. Acesso em: 13 maio 2016.

UNITED NATIONS. **UN Charter:** CHAPTER VII: ACTION WITH RESPECT TO THREATS TO THE PEACE, BREACHES OF THE PEACE, AND ACTS OF AGGRESSION. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-vii/index.html>. Acesso em: 01 jun. 2016.

UNITED NATIONS. **United Nations Mission in Liberia.** UNMIL Mandate. 2016. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmil/mandate.shtml>. Acesso em: fevereiro de 2016.

WHAT´S IN BLUE (a). **Security Council meeting and resolution on Ebola Crisis.** 2014. Disponível em: <http://www.whatsinblue.org/2014/09/security-council-meeting-and-resolution-on-ebola-crisis.php#>. Acesso em: 11 maio 2016.

WHAT´S IN BLUE (b). **Liberia Sanctions Adoption, Consultations and UNMIL TCC meeting.** 2014. Disponível em: <http://www.whatsinblue.org/2014/12/liberia-sanctions-adoption-consultations-and-unmil-tcc-meeting.php>. Acesso em: 11 maio 2016.

WIJNGAARD, Marinka. **The United Nations as Global Health Keeper.** 2015. 51 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arts In Conflict Studies And Human Rights, Utrecht University, Utrecht, 2015. Disponível em: <http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/320426>. Acesso em: 11 maio 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION MEDIA CENTRE STATEMENTS. **Statement on the 9th meeting of the IHR Emergency Committee regarding the Ebola outbreak in West Africa.** 2016. Disponível em: <http://who.int/mediacentre/news/statements/2016/end-of-ebola-pheic/en/>. Acesso em: 11 maio 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Malaria Report**. 2015 Disponível em: < http://www.who.int/malaria/publications/world-malaria-report-2015/report/en//>. Acesso em: 19 jul. 2016.